
Comissão de Políticas Públicas do
Instituto Brasileiro de Direito Administrativo

Título: Roteiro Bibliográfico em Direito e Políticas Públicas

Autores:

Ana Claudia Farranha (DF)
Carina de Castro Quirino (RJ)
Carmen Sílvia Lima de Arruda (RJ)
Flávia Santiago Lima (PE)
Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti (RN)
Gustavo Vidigal (MG)
Josué Mastrodi Neto (SP)
Maria Paula Dallari Bucci (SP)
Reginaldo de Souza Vieira (SC)
Ricardo Schneider Rodrigues (AL)
Vanice Regina Lírio do Valle (RJ) - Presidente

Coordenadores:

Vanice Regina Lírio do Valle
Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Roteiro bibliográfico em direito e políticas
públicas [livro eletrônico] / coordenação
Vanice Regina Lírio do Valle, Flávio Luiz
Carneiro Cavalcanti. -- Rio de
Janeiro : Ed. dos Autores, 2023.
PDF

Vários autores.
Bibliografia.
ISBN 978-65-00-88214-8

1. Administração pública 2. Artigos - Coletâneas
3. Direito administrativo 4. Políticas públicas -
Brasil I. Valle, Vanice Regina Lírio do.
II. Cavalcanti, Flávio Luiz Carneiro.

23-183789

CDD-351

Índices para catálogo sistemático:

1. Políticas públicas : Administração pública 351

Eliane de Freitas Leite - Bibliotecária - CRB 8/8415

Rio de Janeiro - 2023



CONTEÚDO

APRESENTAÇÃO	03
<i>Cristiana Fortini - Presidente do IBDA</i>	
SOBRE O E-BOOK	
<i>Vanice R. L. do Valle - Presidente da Comissão de Políticas Públicas</i>	04
Parte 1	
Artigos de periódicos	06
Parte 2	
Obras coletivas	45
Parte 3	
Obras de autoria única	60
Parte 4	
Ensaio	83
Parte 5	
Trabalhos acadêmicos	89
Parte 6	
Anais de eventos acadêmicos	92



APRESENTAÇÃO

O IBDA- Instituto Brasileiro de Direito Administrativo é, como o nome indica, uma entidade de abrangência nacional que congrega ao longo de seus quase 50 anos de história, professoras e professores de Direito Administrativo brasileiros. Seus eventos são reconhecidos como pontos de discussão e difusão dos mais relevantes temas do Direito Administrativo.

Mais recentemente, tem crescido a preocupação de elastecer as fronteiras do Instituto, em esforço ativo para acolher docentes sobretudo das regiões Norte e Nordeste, com vistas a potencializar sempre o caráter nacional da entidade.

A isso se soma a preocupação de impulsionar os estudos específicos sobre os distintos subtemas do vasto campo do Direito Administrativo. Oferecer à comunidade análises sobre Políticas Públicas, Licitações e Contratos, Sustentabilidade, Improbidade Administrativa, entre vários outros, integram nossa agenda. Salientamos que os trabalhos produzidos pelas comissões, compostas por docentes provenientes de diversos estados e regiões, não traduzem opiniões e entendimentos da Diretoria do instituto, pelo que devem ser compreendidos como de autoria da comissão, que deve discutir e deliberar por maioria.

A expectativa do IBDA é, por suas plurais atuações, examinar aspectos atuais e candentes relacionados aos microcosmos do Direito Administrativo e contribuir para o debate das questões.

Nesta oportunidade, temos a grata satisfação de apresentar produto idealizado e construído na esfera da comissão de Políticas Públicas, parabenizando a sua Presidente, Professora Vanice Regina Lírio do Valle, pela liderança e iniciativa, bem como os demais componentes.

Esperamos que o trabalho ilumine o tema e propicie discussões em cascata.

Cristiana Fortini

Presidente do IBDA

SOBRE O E-BOOK

Um dos desafios postos ao desenvolvimento da pesquisa acadêmica no âmbito do Direito Administrativo diz respeito ao necessário ponto de equilíbrio a se buscar, na criação de uma teoria científica aceitável, entre o esforço de modificar representações da realidade para melhorar sua lógica estrutural, e ao mesmo tempo modificar essas mesmas representações para melhor refletir os fatos (Becker, 2007, p. 39) o ambiente onde opera o administrador e/ou os destinatários da atividade administrativa.

Essa mesma perspectiva se tem por valorizada por Rodríguez-Araña Muñoz (2006), quando enuncia como atributos necessários a uma Administração que se possa qualificar como “boa”, a abertura à realidade e o pensamento compatível com esse mesmo quadro.

A essa dificuldade se soma uma ainda (lamentavelmente) subsistente tendência ao isolamento cognitivo do Direito em relação a outras disciplinas, inclusive das ciências humanas (Nobre, 2005, p. 24). Em trabalho anterior (Valle, 2007, p. 30), destaquei o caráter narcísico de um Direito com pretensões de autossuficiência, que diante dos desafios atinentes à concretização dos direitos fundamentais, oferece como resposta, um elenco de medidas jurídico-processuais, que teriam supostamente o condão de superar os impasses de efetividade.

Superar o desafio de uma confusão inicial entre a prática profissional e a pesquisa acadêmica é, portanto, uma premissa para que se possa alcançar uma produção que se revele, nas palavras de Costa (2005, p. 40) não uma oficina de “doutrina confirmatória”, mas sim sede para a gestação de uma doutrina antecipante, cuja missão é “formular teorias jurídicas que estejam aptas a resolver os problemas do presente e a morder o futuro promovendo a reconstrução dos conceitos”.

É nessa intercessão de obstáculos à garantia de uma produção acadêmica que harmonize uma teoria científica aceitável e uma adequada representação da realidade sobre a qual incidirá o Direito Administrativo, especialmente quando amalgamado às políticas públicas, que se põe a presente iniciativa de uma compilação de referências que possam iluminar a pesquisa acadêmica em problemas que se situem nessa seara.

Identificar as referências que possam ser úteis ao enfrentamento de um problema de pesquisa já foi atividade complexa pela pouca disponibilidade de material, normalmente encastelado em bibliotecas de acesso nem sempre fácil. Muitas vezes, a chave de sucesso para a pesquisa acadêmica estava no bom relacionamento com uma bibliotecária ou mesmo um livreiro, que detinha na memória, ou em preciosas fichinhas, a indicação de onde se teria a fonte que transformaria sua pesquisa.

Hoje, a dificuldade é de outra ordem. As fontes multiplicam-se exponencialmente, e nem sempre se pode ter a garantia de qualidade e atualidade daquilo que nos chega às mãos.

É de Compagnon (2007, p. 27) a inspirada indicação de que a leitura compreenda quatro fases: solicitação, acomodação, grifo e ablação. As referidas etapas “partem do objeto total que é [para mim] o texto que me encanta na sua solicitação, passam pela acomodação num lugar reconhecido de satisfação, pelo grifo que me aprisiona esse lugar, e alcançam o objeto principal que destaque do texto na ablação”.

Este roteiro bibliográfico de Direito e Políticas Públicas destina-se a auxiliar o pesquisador neste ponto de partida – a solicitação. Construído a partir do acervo de experiências do corpo de colaboradores, todos com alentada trajetória no campo do ensino e pesquisa, o roteiro traduz um conjunto de fontes representativas inclusive das múltiplas disciplinas que se interseccionam no desafio da contribuição que o jurídico tem a oferecer às políticas públicas.

Importante e oportuno o registro da generosidade de todos os integrantes da Comissão de Políticas Públicas do IBDA - Profs. Ana Claudia Farranha (DF); Carina de Castro Quirino (RJ), Carmen Silvia Lima de Arruda (RJ); Flávia Santiago Lima (PE); Flávio Luiz Carneiro Cavalcanti (RN); Gustavo Vidigal (MG); Josué Matrodi Neto (SP); Maria Paula Dallari Bucci (SP); Reginaldo de Souza Vieira (SC); Ricardo Schneider Rodrigues (AL). Em tempo recorde, com o intuito de dividir seus próprios referenciais teóricos com toda a comunidade acadêmica, reuniu-se nesse Roteiro Bibliográfico um leque de possibilidades que expressa a visão de vários centros de pensamento de todo o país.

Nesta edição inicial, as indicações estão classificadas por uma tipologia de produção. O objetivo desse agrupamento é permitir ao pesquisador inferir a partir dessa classificação, o potencial de aprofundamento da matéria, conhecidos os limites que são próprios à obra completa, à coletânea, e ainda ao artigo científico. Inclui-se igualmente ensaios, que por sua liberdade de formulação, costumam suscitar problemas de pesquisa que podem auxiliar no desenvolvimento de projetos.

Sempre que a referência se identificou como disponível no ambiente digital, foi apontado diretamente o hyperlink, para facilitar o acesso. O encontro que haverá de contar para a acomodação no lugar conhecido da satisfação – já dizia Compagnon (2007, p. 27) – é de se dar sem maiores intermediações, e é essa convergência que se busca facilitar.

Lembro ao gentil leitor que este roteiro bibliográfico é de ser ponto de partida – e não de chegada. Assim, às referências aqui indicada, cada qual é de adicionar aquelas que a sua própria jornada como pesquisador permita descobrir. Não se prive disso, porque a alegria do encontro da citação que deve se incorporar a seu texto é uma parte importante da experiência acadêmica.

Última observação... Em havendo esse feliz encontro entre autor e texto, não se esqueça de compartilhar com outros colegas, que estão ou passarão pela estrada do conhecimento e produção acadêmica. Mande sua indicação para a próxima edição do Roteiro Bibliográfico de Direito e Políticas Públicas no e-mail comissaopoliticaspUBLICASIBDA@gmail.com.

Vanice R. L. do Valle

Presidente da
Comissão de Políticas Públicas do IBDA

BECKER, Howard S. **Segredos e truque da pesquisa**. Tradução, Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

COMPAGNON, Antoine. **O trabalho da citação**. Tradução Cleonice P. B. Mourão. 1ª. reimp., Belo Horizonte : Editora UFMG, 2007.

COSTA, Judith Martins. **O que é pesquisa em Direito?** Parte 1.1 In NOBRE, Marcos *et alli*. O que é pesquisa em Direito. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 38-46.

NOBRE, Marcos. **O que é pesquisa em Direito?** Parte 1. In NOBRE, Marcos *et alli*. O que é pesquisa em Direito. São Paulo: Quartier Latin, 2005, p. 23-38.

RODRÍGUEZ-ARANA MUÑOZ, Jaime. **El buen Gobierno y la buena administración de instituciones públicas**. Adaptado a la Ley 5/2006 de 10 de abril. Navarra: Thompson Aranzadi, 2006.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **O Direito-narciso-nova ameaça à jusfundamentalidade dos direitos**. A&C-Revista de Direito Administrativo & Constitucional, Curitiba, v. 7, n. 28, p. 27-44, 2007.

Parte 1 – Artigos de Periódicos

ALA-HARJA, Marjukka; HELGASON, Sigurdur. Em direção às melhores práticas de avaliação. **Revista do Serviço Público**, v. 51, n. 4, p. 5-60, 2014. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/334>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ARANTES, Rogério Bastos. Direito e política: o Ministério Público e a defesa dos direitos coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 14, n. 39, p. 83-102, fev. 1999. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v14n39/1723.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

ARANTES, Rogério Bastos. Ministério Público na fronteira entre a justiça e a política. **Justitia**, São Paulo, v. 197, p. 325-335, jul./ dez. 2007.

ARANTES, Rogério Bastos. STF e Constituição *policy-oriented*. **Revista de Estudos Constitucionais**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 299-342, jan./jun., 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.53798/suprema.2021.v1.n1.a26>. Acesso em: 16 fev. 2023.

ARAÚJO, José Henrique Mouta; FARO, Roberta Pina Barbosa. A Covid-19 e a asfixia de direitos: a atuação do Poder Judiciário. **Revista de Processo, Jurisdição e Efetividade da Justiça**, v. 6, n. 2, p. 57-77, jul./dez. 2020. Disponível em: <https://www.indexlaw.org/index.php/revistaprocessojurisdiacao/article/view/7271/pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

ARAÚJO, Luísa; RODRIGUES, Maria de Lurdes. Modelos de análise das políticas públicas, **Sociologia, Problemas e Práticas** [Online], n. 83, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/spp/2662>. Acesso em: 30 jul. 2023.

ARRETCHE, Marta Teresa da. Mitos da Descentralização: Maior Democracia e eficiência nas políticas públicas". **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v.11, n.31, São Paulo, jun. 1996. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/rbcs31_03.pdf. Acesso em: 27 ago. 2021.

ARRETCHE, Marta Teresa da. Políticas sociais no Brasil: descentralização em um Estado federativo. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 14, n.º 40, junho, 1999. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69091999000200009>. Acesso em: 28 nov. 2023.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Relações federativas nas políticas sociais. **Educação & Sociedade**, v. 23, n. 80, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302002008000003>. Acesso em: 27 ago. 2021.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 18, v. 51, 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/gR4pxgbyns7R5hTKfmMDkxG/?format=pdf>. Acesso em: 4 nov. 2023.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. A agenda institucional. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 64, p. 147- 151, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcsoc/a/JybjqtvZkyz7ZdngPJ9XLYd/?format=pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ARTS, Karin. Inclusive sustainable development: A human rights perspective. **Current Opinion in Environmental Sustainability**, n. 24, p. 58-62, 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1016/j.cosust.2017.02.001>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ÁVILA, Thiago André Pierobom de; MARTINS, Teofábio Pereira. A recomendação ministerial como possível instrumento de delimitação do dolo da improbidade administrativa. **Boletim Científico ESMPU**, Brasília, a, 16, n. 49, p. 139-173, jan/jun. 2017. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/publicacoes/boletim-cientifico/edicoes-do-boletim/boletim-cientifico-n-49-janeiro-junho-2017/a-recomendacao-ministerial-como-possivel-instrumento-de-delimitacao-do-dolo-da-improbidade-administrativa>. Acesso em: 25 fev. 2022.

AVRITZER, Leonardo; MARONA, Marjorie Corrêa. Judicialização da política no Brasil: ver além do constitucionalismo liberal para ver melhor. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília/DF, n. 15, p. 69-94, set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-335220141504> . Acesso em: 01 dez. 2023.

AZEVEDO, Sérgio de; ANASTASIA, Fátima. Governança, “accountability” e responsividade. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 22, n. 1, 2002.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0101-31572002-1225>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BACHRACH, Peter; BARATZ, Morton S. Duas faces do poder. **Revista de Sociologia e Política**, v. 19, n. 40, p. 149–157, out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782011000300011>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BALKIR, Canan; BOLUKBASI, H. Tolga; ERTUGAL, Ebru. Europeanisation and dynamics of continuity and change: domestic economies in the ‘Southern Periphery’. **South European Society and Politics**, v.18, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/13608746.2013.795040>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BARBOZA, Estefânia Maria de Queiroz; KOZICKI, Katya. Judicialização da política e controle judicial de políticas públicas. **Revista Direito GV**, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 059–086, jan–jun 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdgv/a/Tmw8X7GPj4Htghzm54XrHvC/?format=pdf> . Acesso em: 03 jul. 2023.

BARCELLOS, Ana Paula de. Políticas públicas e o dever de monitoramento: “levando os direitos a sério”. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, 2018, p.251–265. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5102/rbpp.v8i2.5294>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BARREIRO, Guilherme Scodeler de Souza; FURTADO, Renata Pedretti Moraes. Inserindo a judicialização no ciclo de políticas públicas. **Revista Administração Pública**, Rio de Janeiro, vol. 49, n. 2, p. 293–314, mar./abril, 2015. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0034-7612126144>. Acesso em: 24 maio 2023.

BARROS, Sérgio Resende de. Políticas públicas e o poder judiciário. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 2, n. 2, p. 29–38, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/52155> . Acesso em: 01 dez. 2023.

BARROSO, Luís Roberto. Neoconstitucionalismo e constitucionalização do direito (o triunfo tardio do direito constitucional no Brasil). **Revista de direito administrativo**, n. 240, abr./jun., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.12660/rda.v240.2005.43618>. Acesso em: 25 set. 2022.

BATAGLIA, Murilo Borsio *et al.* Controle social e acesso à informação: o papel da transparência passiva no enfrentamento à corrupção. **Interfaces Científicas-Direito**, v. 6, n. 3, 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/direito/article/view/5865>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BATAGLIA, Murilo Borsio; FARRANHA, Ana Claudia. Corrupção, transparência e CGU: analisando o contexto para a implementação do direito de acesso à informação. **NAU Social**, v. 10, n. 19, 2019. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/33923> . Acesso em: 04 dez. 2023.

BATAGLIA, Murilo Borsio; FARRANHA, Ana Cláudia. Governança e Administração Pública: o uso de tecnologias para a prevenção da corrupção e promoção da transparência. **Revista da CGU**, v. 11, n. 18, 2019. Disponível em: https://revista.cgu.gov.br/Revista_da_CGU/article/view/65/pdf_55. Acesso em: 29 nov. 2023.

BITTENCOURT, Caroline Müller; RECK, Janriê Rodrigues. Políticas públicas de Governo e de Estado – uma distinção um pouco complexa: necessidade de diferenciação entre modelos decisórios, arranjos institucionais e objetivos de políticas públicas de Governo e Estado. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 12, n. 3, set./dez, 2021. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/direitoeconomico/article/view/28105>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BITTENCOURT, Caroline Müller. Contribuições para abordagem direito e políticas públicas: relatos da experiência docente em um programa de pós-graduação stricto sensu. **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18238>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BOLONHA, Carlos; FORTES, Pedro; LUCAS, Daniel de Souza. Uma gramática sobre instituições. **REI – Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/451>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BONIFÁCIO, Robert; MOTTA, Fabrício Macedo. Monitoramento e avaliação de políticas públicas no Brasil: abordagem conceitual e trajetória de desenvolvimento jurídico e institucional. **Revista de Direito Econômico e Socioambiental**, Curitiba, v. 12, n. 2, p. 340-371, maio/ago. 2021. Disponível em

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8240199>. Acesso em 27 nov. 2023.

BRASIL, Felipe Gonçalves; CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Os estudos das políticas públicas no Brasil: passado, presente e caminhos futuros da pesquisa sobre análise de políticas. **Revista Política Hoje**. Recife. Volume 25, n. 1, 2016. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/politicahoje/article/view/3710/3012>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL, Felipe Gonçalves; JONES, Brian D. Agenda setting: Policy change and policy dynamics - a brief introduction. **Revista de Administração Pública**, v. 54, n. 6, nov. 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-761220200780X>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRUNET, Emiliano. Sobre a abordagem Direito e Políticas Públicas (Dpp) em um Curso de graduação em Direito: Contribuição crítica para a construção de um programa. **Revista Estudos Institucionais**, v. 5, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/433>. Acesso em: 24 dez. 2022.

BRUNET, Emiliano. O ensino de políticas públicas na graduação em direito da UFRJ: experiências e estratégias à luz da abordagem direito e políticas públicas (DPP). **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18239>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BRUNET, Emiliano; BUCCI, Maria Paula Dallari (2021). Os desafios para a reconstrução do Estado social no Brasil pós-pandemia: aprendizados a partir das políticas públicas e capacidades estatais. **Revista Direito Público**. Brasília, v. 18, n. 98, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.11117/rdp.v18i98.4962>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Políticas públicas e direito administrativo. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília, v. 34, n. 133, jan./mar., 1997. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/198>. Acesso em: 30 jul. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Controle judicial de políticas públicas: possibilidades e limites. Fórum Administrativo: **Direito Público** [recurso eletrônico], Belo Horizonte, v. 9, n. 103, p. 7-16, set. 2009. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/45236948_Control_e_judicial_de_politicas_publicas_possibilidades_e_limites. Acesso em: 25 fev. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Método e aplicações da abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP). **REI – Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/430>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. um programa para o ensino de direito e políticas públicas. **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18243>. Acesso em: 29 nov. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Método e aplicações da abordagem Direito e Políticas Públicas (DPP). **REI – Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.21783/rei.v5i3.430>. Acesso em: 29 jul. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. A questão da unidade nas relações entre o jurídico e o político: do reformismo do Estado social à renovação da Teoria do Estado. **REI – Revista Estudos Institucionais**, Rio de Janeiro, v.7 n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/686/747>. Acesso em: 27 nov. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. A abordagem Direito e Políticas Públicas no Brasil: quadros analíticos. **Campo de Públicas: conexões e experiências**, v. 2, n. 1, p. 93-127, 2023. Disponível em: <https://fjp.mg.gov.br/revista-campo-de-publicas-conexoes-e-experiencias/>. Acesso em: 10 jul. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari *et al.* O direito no campo de públicas: experiências e desafios de ensino. **Revista Direito das Políticas Públicas**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2023. Disponível em: <https://seer.unirio.br/rdpp/article/view/12509>. Acesso em: 1 dez. 2023.

BUSTOS, Eduardo Sandoval; VICUÑA, Sebastián Diaz. Decision making and adaptation processes to climate change. **Ambiente & Sociedade**, v. XIX, n. 4, p. 215-234, out./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1809-4422ASOCEx0004V1942016>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CALGARO, Cleide; REATO, Talissa Truccolo; HERMANY, Ricardo. Planejamento das cidades sustentáveis e inteligentes como recurso do direito urbanístico para a proteção socioambiental. **Revista Direito & Paz**, ano XIV, n. 43, p. 170-

188, 2º Semestre, 2020. Disponível em:

<https://www.revista.unisal.br/lo/index.php/direitoepaz/article/view/1235/544>.

Acesso em: 30 nov. 2023.

CALGARO, Cleide. Smart Cities como alternativa para minimizar os problemas socioambientais das cidades brasileiras. **Revista de Direito Urbanístico, Cidade e Alteridade**, v. 6, n. 2, p. 114 – 128. Jul/Dez. 2020. Disponível em:

<https://www.indexlaw.org/index.php/revistaDireitoUrbanistico/article/view/6927>.

Acesso em: 30 nov. 2023.

CALMON, Paulo; COSTA, Arthur Trindade Maranhão. Redes e Governança das Políticas Públicas. **RP3-Revista de Pesquisa em Políticas Públicas**, n. 1, 2013.

Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/rp3/article/view/11989>.

Acesso em: 29 nov. 2023.

CAMBI, Eduardo; LIMA, Diogo de Araújo; NOVAK, Mariana Sartori. Isolamento social e reabertura de atividades não essenciais: controle judicial de atos discricionários em tempos do novo coronavírus (Covid-19). **Revista dos Tribunais: RT**, São Paulo, v. 109, n. 1018, p. 323-341, ago. 2020. Disponível em:

https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/145675/isolamento_social_reabertura_cambi.pdf. Acesso em: 28 set. 2022.

CANO, Wilson. Novas determinações sobre as questões regional e urbana após 1980. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 1-18,

2011. Disponível em: <https://rbeur.anpur.org.br/rbeur/article/view/393>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Em busca da judicialização da política no Brasil: apontamentos para uma nova abordagem. **Revista de Sociologia e Política**, Curitiba, v. 23, p. 115-126, nov. 2004. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-44782004000200011>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de. Judicialização da política no Brasil: controle de constitucionalidade e racionalidade política. **Análise social**, Lisboa, v. 44, n. 190, p. 315-335, 2009. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/4352>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CARVALHO, Ernani Rodrigues de; LEITÃO, Natália. O novo desenho institucional do Ministério Público e o processo de judicialização da política.

Revista Direito GV [online]., v. 6, n. 2, 2010. Disponível em:
<https://doi.org/10.1590/S1808-24322010000200003>. Acesso em: 23 fev. 2022.

CARVALHO, Osvaldo Ferreira de; COELHO, Saulo de Oliveira Pinto. A confluência do Direito com as políticas públicas no constitucionalismo contemporâneo: aportes para o mapeamento crítico do estado da arte. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte, v. 124, 2022. Disponível em:
<https://pos.direito.ufmg.br/rbep/index.php/rbep/article/view/834/646>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CARVALHO, Sonia Nahas de. Avaliação de programas sociais: balanço das experiências e contribuição para o debate. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.17, n. 3-4, dec., 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-88392003000300019>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CARNEIRO, Sônia Maria Marchiorato. Interdisciplinaridade: um novo paradigma de conhecimento? **Educar**, Curitiba, n. 10, p. 99-109, Editora da UFPR, 1995. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0104-4060.132>. Acesso em 12 jan. 2023.

CASTRO, Aldo Aranha de; GUILHERME, Karine Oliveira. A atuação do Poder Judiciário no enfrentamento ao Sars-cov-2: a (ir)responsabilidade do estado e o paralelo entre as medidas das autoridades brasileiras e italianas no combate à pandemia. **Revista Pensamento Jurídico**, São Paulo, v. 14, n.2, 2020. Disponível em:
<https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/view/206/265>. Acesso em: 28 set. 2022.

CASTRO, Marcus Faro. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização da política. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 12, n. 24, p. 147-156, jun. 1997. Disponível em:
https://www.researchgate.net/publication/280978240_O_Supremo_Tribunal_Federal_e_a_Judicializacao_da_Politica. Acesso em: 30 nov. 2023.

CASTRO, Marcus Faro. Análise Jurídica da Política Econômica. **Revista da Procuradoria-geral do Banco Central**. Brasília, v. 3, n. 1, 2009. Disponível em:
<https://revistapgbcbcb.gov.br/revista/issue/view/21/Revista%20PGBC%20-%20V.3%20-%20N.1%20%282009%29>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CHIAPPETTA, Elba Souza de Albuquerque e Silva. Considerações iniciais sobre o constitucionalismo durante e pós-pandemia da Covid-19 e o papel do

Ministério Público. **Revista Jurídica do MPRO**, ano 3, n. 4, jan/dez, 2020. Disponível em: <https://esmpronet.mpro.mp.br/revistas/4/Artigo%20131.pdf>. Acesso em: 25 fev. 2022.

CHILVARQUER, Marcelo. Aplicando o Quadro de Referência para análise jurídica de políticas públicas: a implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida, faixa 1, no município de São Paulo. **REI - Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/442/437>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CITADINO, Gisele. Poder Judiciário, ativismo judiciário e democracia. **Alceu**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, p. 105-113, jul.dez., 2004. Disponível em: http://revistaalceu-acervo.com.puc-rio.br/media/alceu_n9_citadino.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

CLARK, Giovani; CORRÊA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes. Ideologia constitucional e pluralismo produtivo. **Revista da Faculdade de Direito da UFMG**, [s.v], número especial em memória do professor Washington Peluso Albino de Souza, [s.p.], [s.d.]. Disponível em: <http://www.direito.ufmg.br/revista/index.php/revista/article/view/P.0304-2340.2013vWAp265/307>. Acesso em: 14 jan. 2014.

CLUNE, William H. Um modelo político de implementação para as políticas públicas: os papéis do direito e dos juristas. Tradução de Gabriela Azevedo Campos Sales, Bruno de Almeida Passadore, Elisa Martinez Giannella, Kadra Regina Zeratin Rizzi. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, vol. 11, n. 11, 2021. Disponível em: <https://publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/7329>. Acesso em: 27 nov. 2023.

CLUNE, William Henry; BUCCI, Maria Paula Dallari. Law and public policy: what is it, skills of practioners and researchers, research designs and methods, law school courses. **Revista do Direito**, n. 69, p. 210-228, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18369>. Acesso em: 29 nov. 2023.

COBB, Roger; ROSS, Jennie-Keith; ROSS, Marc Howard Ross. Agenda Building as a Comparative Political Process. **The American Political Science Review**, v.

70, n. 1, p. 126-138, mar.1976. Disponível em <http://www.jstor.org/stable/1960328>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COELHO, Saulo de Oliveira Pinto; LOLLI, Eduardo Henrique; BITENCOURT, Caroline Muller. Políticas públicas e constitucionalismo contemporâneo crítico: sistematizações para subsidiar análises em Direito e Políticas Públicas. **Sequência: estudos jurídicos e políticos (Florianópolis)**, v. 43, n. 90, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2177-7055.2022.e86761>. Acesso em: 27 nov. 2023.

COELHO, Sérgio Reis; KOZICKI, Katya. O Ministério Público e as políticas públicas: definindo a agenda ou implementando as soluções? **Revista da AJURIS**, Porto Alegre, v. 40, n. 130, p. 373-394, jun. 2013. Disponível em: <https://revistadaajuris.ajuris.org.br/index.php/REVAJURIS/article/view/302>. Acesso em: 23 nov. 2023.

COMPARATO, Fábio Konder. Ensaio sobre o juízo de constitucionalidade de políticas Públicas. **Interesse Público – IP**, Belo Horizonte, ano 4, n. 16, out./dez. 2002. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/364>. Acesso em: 01 dez. 2023.

CORREIA, Arícia Fernandes; FARIAS, Rodrigo Nóbrega. Pandemia e judicialização da crise: a necessidade de diálogo institucional e da observância da medicina baseada em evidências. **Revista da Escola Superior de Direito Municipal**, v. 6, n. 12, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.29282/esdm.v6i12.148>. Acesso em: 28 set. 2022.

CORREIA, Daniela *et al.* Auxílio emergencial no contexto de pandemia da COVID-19: garantia de uma proteção social? **Journal of Management & Primary Health Care**, [S. l.], v. 12, p. 1-9, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.14295/jmphc.v12.1023>. Acesso em: 4 jul. 2023.

CÔRTEZ, Pâmela de Rezende; OLIVEIRA, André Matos de Almeida; LARA, Fabiano Teodoro de Rezende. Políticas públicas baseadas em evidências comportamentais: reflexões a partir do Projeto de Lei 488/2017 do Senado. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 8, n. 2, p. 428-454, 2018. Disponível em <https://doi.org/10.5102/rbpp.v8i2.5327>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COSTA, Abimael de Jesus Barros; PARANAÍBA, Adriano de Carvalho; FEITOSA, Zuleide Oliveira; FARRANHA, Ana Claudia: Evaluación de desempeño en las nuevas concesiones de las carreteras Brasileñas: propuesta de marco lógico

aplicado a la Carretera-BR 050. **Revista Caribeña de Ciencias Sociales** (agosto 2017). Disponível em: <https://www.eumed.net/rev/caribe/2017/08/desempeno-carreteras-brasil.html>. Acesso em: 29 nov. 2023.

COSTA, Frederico Lustosa da; CASTANHAR, José Cezar. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, p. 969-992, set./out. 2003. Disponível em: <https://hml-bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6509>. Acesso em: 01 dez. 2023.

COUTINHO, Carlos Nelson. Notas sobre cidadania e modernidade. **Praia Vermelha: estudos de política e teoria social**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 145-165, sem. 1997.

COUTO, Leandro Freitas. Planejamento e orçamento participativos à luz da trajetória dos PPAs federais. **Revista Campo de públicas**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 2022. Disponível em: https://fjp.mg.gov.br/wp-content/uploads/2022/01/30.03_Revista-6.-Planejamento-e-Orçamento-Participativos.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida; FARRANHA, Ana Cláudia. Judicialização da Saúde no Brasil: categorização das fases decisórias a partir do Supremo Tribunal Federal e os impactos no Sistema Único de Saúde. **Public Sciences & Policies**, v. 7, n. 1, p. 15-35, 2021. Disponível em: <https://cpp.iscsp.ulisboa.pt/index.php/capp/article/view/98>. Acesso em: 29 nov. 2023.

CUNHA, Jarbas Ricardo Almeida; SANTANA, Ana Cláudia Farranha. Requisição administrativa em situação de calamidade pública: por uma fila única emergencial de leitos de Unidade de Terapia Intensiva. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 9, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/681>. Acesso em: 29 nov. 2023.

DA ROS, Luciano. Ministério público e sociedade civil no Brasil contemporâneo: em busca de um padrão de interação. **Revista Política Hoje**, Recife, v. 18, n. 1, 2009. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/politica hoje/article/viewFile/3850/3154>. Acesso em: 19 set. 2022.

DA ROS, Luciano. Dificil hierarquia: a avaliação do Supremo Tribunal Federal pelos magistrados da base do Poder Judiciário no Brasil. **Revista de Direito GV**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 47-64, jan.- jun, 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S1808-24322013000100003>. Acesso em: 30 nov. 2023.

DUARTE, Clarice Seixas. O Sistema Nacional de Educação (SNE) e os entraves à sua institucionalização: uma análise a partir da abordagem Direito e Políticas Públicas. **REI - Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em:

<https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/436>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ELLIOTT, Dave. Renewable energy and sustainable futures. **Futures**, v. 32, n. 3-4, p. 261-274, 2000. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S0016328799000968?via%3Dihub>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ENGELMANN, Fabiano. Internacionalização e ativismo judicial: as causas coletivas. **Lua Nova**, São Paulo, n. 69, p. 123-146, 2006. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0102-64452006000400006>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ENGELMANN, Fabiano; CUNHA FILHO, Márcio Camargo. Ações judiciais, conteúdos políticos: uma proposta de análise para o caso brasileiro. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, p. 57-72, 2013. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/S0104-44782013000100006>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ENGELMANN, Fabiano; PENNA, Luciana. Política na forma da lei: o espaço dos constitucionalistas no Brasil democrático. **Lua Nova**, v. 92, n. 1, p. 6-37, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452014000200007>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ETZIONI, Amitai. Mixed-scanning: a third approach to decision-making. **Public Administration Review**, v. 27, n. 5, 1967. Disponível em:

https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID2356273_code523130.pdf?abstractid=2356273&mirid=1. Acesso em: 29 nov. 2023.

FACIO, Marco Antonio Lima *et al.* La Importancia Del Diagnóstico en las Políticas Públicas. **Contribuciones a las Ciencias Sociales**, n. 2011-04, 2011.

Disponível em: <http://www.eumed.net/rev/cccsc/12/lfaa.htm>. Acesso em: 01 dez. 2023.

- FARAH, Marta Ferreira Santos. Formação em política pública no Brasil: das iniciativas pioneiras dos anos 60 à institucionalização do “campo de públicas”. **Revista Estudos Políticos**, 49, pp. 192-215, 2006. Disponível em: <https://revistas.udea.edu.co/index.php/estudiospoliticos/article/view/25919/20781236> . Acesso em: 12 maio 2021.
- FARAH, Marta Ferreira Santos. Análise de políticas públicas no Brasil: de uma prática não nomeada à institucionalização do 'campo de públicas'. **Revista Administração Pública**, v. 50, n. 6, p. 959-979, nov. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0034-7612150981>. Acesso em: 7 abr 2023.
- FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A política da avaliação de políticas públicas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v.20, n.59, out., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092005000300007>. Acesso em: 01 dez. 2023.
- FARRANHA, Ana Claudia. Política e Direito: irmãos siameses vivendo separados? **Revista Depoimentos** (FDV), Vitória, v. 03, n.05, p. 55-66, 2002.
- FARRANHA, Ana Claudia. Gestão Pública e Diálogo Social para a Igualdade de Gênero e Raça: Elementos Para Construção de uma Metodologia. **Boletim Técnico do Senac**, v. 33, n. 1, 2007. Disponível em: <https://www.bts.senac.br/bts/article/view/308/291>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- FARRANHA, Ana Cláudia. Lições aprendidas sobre o microcrédito na cidade de Vitória: pontes entre a concepção e a avaliação de políticas públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas-AVAL**, v. 2, n. 2, 2015. Disponível em: <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/20/0>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- FARRANHA, Ana Cláudia. Sobre entraves e falhas no processo de implementação das políticas públicas: subsídios para a avaliação. **Revista Avaliação de Políticas Públicas - AVAL**, v. 1, n. 7, 2015. Disponível em: <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/79/0>. Acesso em: 29 nov. 2023.
- FARRANHA, Ana Claudia *et al.* Poder local: elementos para uma reflexão inicial. **Revista Depoimentos**, n. 08, 2006.
- FARRANHA, Ana Claudia *et al.* Democracia, participação e redes sociais digitais: desafios contemporâneos da política e do direito. **Revista Jurídica -**

UNICURITIBA, v. 3, n. 44, 2016. Disponível em:
<https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/1740>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Claudia. Cortes superiores y políticas de acción afirmativa: aspectos de las decisiones en Brasil y contribuciones para investigaciones futuras. **Revista Abya-yala**, v. 2, n. 1, p. 169-183, 2018. Disponível em:
<https://periodicos.unb.br/index.php/abya/article/view/10708/9403>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Claudia. Direito e Análise de Política Pública: contextos, conteúdos e desafios em tempos de crise. **Publicações da Escola da AGU**. Brasília, v.11, n.4, out/dez. 2019. Disponível em:
<https://seer.agu.gov.br/index.php/EAGU/issue/view/153>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Claudia; PEREIRA, Paulo Fernando Soares. As Instituições do Sistema de Justiça Brasileiras e os Ciclos das Políticas Públicas: possibilidades na defesa das ações afirmativas e combate ao racismo institucional e cultural. **Revista Quaestio Iuris**, v. 11, n. 3, 2018. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/quaestioiuris/article/view/30842/25988>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Claudia; RODRIGUES, Luan Christ; BATAGLIA, Murilo Borsio. O direito à informação em saúde diante da base de dados do DATASUS: desafios jurídicos e políticos em tempos de COVID-19. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**, v. 11, n. 1, p. 32-47, 2022. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1361455>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia; SILVA, Lucas Sena. Interseccionalidade e políticas públicas: avaliação e abordagens no campo do estudo do direito e da análise de políticas públicas. **Revista Avaliação de Políticas Públicas - AVAL**, v. 5, n. 19, 2021. Disponível em:
https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/63395/1/2021_art_acfarranhalsilva.pdf. Acesso em: 29 jun. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia; SOARES, Paulo; MIRANDA, Juliana. **Public policy analysis and the law: a teaching experience and a research methodology**. Transjus Working Papers, 2019. Disponível em:

<https://diposit.ub.edu/dspace/bitstream/2445/134964/4/Farranha%20definitiu.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia; AZEVEDO, Sandson B. Consórcio Nacional da Juventude e Terceiro Setor: Analisando o formato de intermediação de interesses e as possibilidades de construção de políticas públicas para os jovens. **Bahia Análise & Dados**, v. 21, p. 105-116, 2011.

FARRANHA, Ana Claudia; BATAGLIA, Murilo Borsi. O acesso à informação e dados abertos seriam novos paradigmas para a administração pública?. **Revista Inclusiones**, 2021. Disponível em: <https://www.revistainclusiones.org/index.php/inclu/article/view/3204>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia; BATAGLIA, Murilo Borsio; PAULA, Ana Paula Paes de. Democracy and participation: changes and challenges in Bolsonaro's government— analyzing Brazilian federal decree 9.759/2019. **Revista Videre**, [S. l.], v. 13, n. 28, 2021. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/15272>. Acesso em: 28 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia; DOS SANTOS, Viviane Silva. Ativismo em redes sociais digitais: análise da rede cerrado e suas interfaces na promoção de políticas públicas sustentáveis. **Revista Direitos Emergentes na Sociedade Global**, v. 4, n. 1, 2015. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/REDESG/article/view/15975/pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia; LEMOS, Amanda Nunes Lopes Espiñeira. A argumentação jurídica na elaboração de políticas públicas de internet. **Revista Eletrônica do Curso de Direito da UFSM**, v. 17, n. 2, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/61439/51694>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia; MIRANDA, Juliana Gomes; PEREIRA, Paulo Fernando Soares. Direito e análise de políticas públicas: o que há de novidade? Uma experiência de ensino e uma metodologia para pesquisa. **Revista de Estudos Empíricos em Direito**, v. 5, n. 2, 2018. Disponível em: <https://www.reedrevista.org/reed/article/view/260>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FERNANDES, Sérgio Bruno Cabral. O “papel” do Judiciário no “drama” da implementação de políticas públicas. **Boletim Científico Escola Superior do Ministério Público da União, [S. l.]**, n. 20/21, p. 111-131, 2006. Disponível em: <https://escola.mpu.mp.br/publicacoescientificas/index.php/boletim/article/view/229>. Acesso em: 18 nov. 2023.

FERREIRA, Thiago Tavares da Silva; CARVALHO, Roberto Francisco de. Judicialização do direito à educação: gestão democrática em tempos da Covid-19. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 5, e10665, 2020. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20873/uft.rbec.e10665>. Acesso em: 28 set. 2022.

FILGUEIRAS, Beatriz Silveira Castro; LOBATO, Lenaura de Vasconcelos Costa. O “Campo de Públicas” e as políticas sociais no ensino superior brasileiro: um debate acerca do papel do Estado, do desenvolvimento e da formação em/para a gestão pública. **Revista Agenda Política**, vol. 3, n.2, p. 100-130, 2015. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/view/70/66>. Acesso em: 27 dez. 2022.

FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise & Conjuntura**, Belo Horizonte, v.1, n.3: 107-127, set/dez., 1986. Disponível em: <https://picture.iczhiku.com/resource/paper/whksjoUKOudfEbXb.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

FIORI, José Luís. Estado de bem-estar social: padrões e crises. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, v. 7, n. 2, 1997. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-73311997000200008>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FOLETO, Eliane Maria; LEITE, Michele Benetti. Perspectivas do pagamento por serviços ambientais e exemplos de caso no Brasil. **Revista de Estudos Ambientais**, v. 13, n. 1, p. 6-17, 2011. Disponível em: <https://proxy.furb.br/ojs/index.php/rea/article/view/1537>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FISCHER, Frank. Para além do empirismo: *policy inquiry* na perspectiva pós-positivista. **Revista Nau Social**, vol. 7, n. 12, 2016. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/nausocial/article/view/31350>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FONTES, Mariana Levi Piza. Direito e implementação de políticas públicas: caminhos para uma agenda de pesquisa. **Revista Direito GV**, v. 19, p. e2313, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2317-6172202313>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FREY, Klaus. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referente à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília-DF, IPEA publicações, n. 21, jun., 2000. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4025/5/PPP_n21_Politicass.pdf. Acesso em: 23 nov. 2023.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A interdisciplinaridade como necessidade e como problema nas ciências sociais. **Ideação: Revista do Centro de Educação e Letras da UNIOESTE**, Foz do Iguaçu, vol.10, n.1, p. 41-62, 2008. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/ideacao/article/view/4143/3188>. Acesso em: 27 dez. 2022.

GATTI, Bernadete. A. Avaliação Institucional: processo descritivo, analítico ou reflexivo?. **Estudos em Avaliação Educacional**, São Paulo, v. 17, n. 34, p. 7-14, 2006. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/eae/article/view/2115>. Acesso em: 1 dez. 2023.

GODOI, Marciano Seabra de. Finanças públicas brasileiras: diagnóstico e combate dos principais Entraves à igualdade social e ao desenvolvimento econômico. **Revista de Finanças Públicas, Tributação e Desenvolvimento**, v. 5, n.5, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/rfptd/article/view/25565>. Acesso em: 1 dez. 2023.

GASPARELO, Rayane Regina Scheidt; JEFFREY, Débora Cristina; SCHNECKENBERG, Marisa. Análise de políticas educacionais: a abordagem do ciclo de políticas públicas e as contribuições de Pierre Bourdieu. **Revista Científica Eccos**, São Paulo, n. 47, p. 237-252, set./dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5585/eccos.n47.7877>. Acesso em: 18 nov. 2023.

GELINSKI, Carmen Rosario Ortiz Gutierrez.; SEIBEL, Erni José. Formulação de políticas públicas: questões metodológicas relevantes. **Revista de Ciências Humanas**, v. 42, n. 1 e 2, 2008. Disponível em: https://www.academia.edu/62723898/Formulacao%20de%20pol%C3%A7%C3%A3o_de_pol%C3%A9ticas_p%C3%BAblicas_quest%C3%B5es_metodol%C3%B3gicas_relevantes. Acesso em: 29 nov. 2023.

GOIZ, Juliana de Almeida; SANTOS, Rosineia Oliveira dos. Produção do conhecimento interdisciplinar: reflexões em âmbito educacional. **Revista Saberes**, Natal/RN, v. 1, n. 15, maio, p. 240-256, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/11089/8573>. Acesso em: 25 jan. 2023.

GONZÁLEZ GARCÍA, Juan; MEZA LORA, José Salvador. Shenzhen, zona económica especial: Bisagra de la apertura económica y el desarrollo regional chino. **Problemas del Desarrollo**, México, v. 40, n. 156, p. 101-124. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0301-70362009000100006&lng=es&nrm=iso. Acesso em: 30 nov. 2023.

GONZALEZ, Carlos German Meza; AMADO, Nilton Bispo; SAUER, Ildo Luis. Desenvolvimento sustentável, transição energética mundial pós-combustíveis fósseis e o pensamento político da esquerda latino-americana. **Brazilian Journal of Development**, v. 5, n. 11, p. 23334-23355, 2019. Disponível em: <https://brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/4366>. Acesso em: 30 nov. 2023.

GRIN, Eduardo. Regime de Bem-estar Social no Brasil: Três Períodos Históricos, Três Diferenças em Relação ao Modelo Europeu Social-democrata. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 18, n. 63, 2013. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3994>. Acesso em: 27 nov. 2023.

GUERRERO AMPARÁN, Juan Pablo. La evaluación de políticas públicas: enfoques teóricos y realidades en nueve países desarrollados. **Gestión y Política Pública**, v. 4, n. 1, 1er semestre de 1995, p. 47-115, 1995. Disponível em: http://repositorio-digital.cide.edu/bitstream/handle/11651/1820/GAJ_Vol.4_No.1_1sem.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

GUSDORF, George. Passado, presente e futuro da pesquisa interdisciplinar. **Tempo Brasileiro**, Rio de Janeiro, n. 121, p. 7-27, abr/jun, 1995.

HADDAD, Frederico. A pertinência da abordagem Direito e Políticas Públicas ao estudo da política urbana no Brasil: o exemplo da pesquisa sobre as vias urbanas e sua função social. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/439>. Acesso em: 29 nov. 2023.

HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R. As três versões do neo-institucionalismo. **Lua Nova**, n. 58, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452003000100010>. Acesso em: 28 nov. 2023.

HAMM, Brigitte I. A Human Rights approach to development. **Human Rights Quarterly**, v. 23, n. 4, p. 1005-1031, 2001. Disponível em <https://www.jstor.org/stable/4489369>. Acesso em: 30 nov. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Sistemas de monitoramento e avaliação de programas sociais: revisitando mitos e recolocando premissas para sua maior efetividade na gestão. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 5, p. 4-27, 2013. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/docs/RBMAs/RBMA_5.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores para diagnóstico, monitoramento e avaliação de programas sociais no Brasil. **Revista do Serviço Público**. Brasília v. 56, n. 2, p.137-160, Abr/Jun, 2005. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/222>. Acesso em: 01 dez. 2023.

JANNUZZI, Paulo de Martino. Considerações sobre o uso, mau uso e abuso dos indicadores sociais na formulação e avaliação de políticas públicas municipais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, RJ, v. 36, n. 1, p. 51 a 72, 2002. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6427>. Acesso em: 1 dez. 2023.

JORGE, Ighor Rafael de. Processo de elaboração normativa e políticas públicas: a visão jurídico-institucional da política de formação de professores da educação básica. **REI - Revista Estudos Institucionais**. Rio de Janeiro. v.5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/438>. Acesso em: 27 nov. 2023.

KERSTENETZKY, Célia Lessa; GUEDES, Graciele Pereira. O Welfare State resiste? Desenvolvimentos recentes do estado social nos países da OCDE. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, v. 23, n. 7, jul. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1413-81232018237.08702018>. Acesso em: 27 nov. 2023.

KISSLER, Leo; HEIDEMANN, Francisco G. Governança pública: novo modelo regulatório para as relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de**

Administração Pública, v. 40, n. 3, 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122006000300008>. Acesso em: 29 nov. 2023.

KOERNER, Andrei. Ativismo judicial? Jurisprudência constitucional e política no STF pós-88. **Novos estudos CEBRAP**. São Paulo, n. 96, p. 69-85, jul. 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-33002013000200006>. Acesso em: 30 nov. 2023.

KOERNER, Andrei. MACIEL, Débora Alves. Sentidos da judicialização da política: duas análises. **Lua Nova**, São Paulo, n. 57, p. 113-133, 2002. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64452002000200006>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LACERDA, Gabriela. Tomada de decisão com base em evidência: contributos do Legislativo. **Cadernos ASLEGIS**, Brasília, n. 61, 2º sem. 2021. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/40664>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LAISNER, Regina; DE MARIO, Camila. Os desafios da avaliação de políticas públicas como instrumento estratégico de gestão e de controle social. **Revista de Políticas Públicas**, São Luís, v. 18, n. 2, p. 619- 630, jul./dez. 2014. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/3211/321133267023.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

LAMARÃO NETO, Homero; TEIXEIRA, Eliana Maria de Souza Franco; FERREIRA, Versalhes Enos Nunes. Políticas públicas, judicialização da saúde e o período pós-pandemia. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas** (UNIFAFIBE), v. 9, n. 1, 2021. Disponível em: www.unifafibe.com.br/revista/index.php/direitos-sociais-politicas-pub/index. Acesso em: 28 set. 2022.

LEFEVRE, Guilherme Borba; BREVIGLIERI, Gustavo Velloso; OSÓRIO, Guarany Ipê do Sol. Dez recomendações para um mercado de carbono regulado no Brasil. **Caminhos para a Sustentabilidade**, v. 21, n. 1, p. 35-41, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/gvexecutivo/article/view/85515>. Acesso em: 19 nov. 2022.

LEIS, Héctor Ricardo. Sobre o conceito de interdisciplinaridade. **Cadernos de Pesquisa Interdisciplinar em Ciências Humanas**. Florianópolis, n. 73, ago. 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/cadernosdepesquisa/article/view/2176/4455>. Acesso em: 12 jan. 2023.

LELIS, Davi Augusto Santana de. Ideologia constitucional e políticas públicas: uma crítica ao Novo Regime Fiscal. **Revista de Desenvolvimento e Políticas Públicas**, v. 1, n. 2, p. 143-153, 2017. Disponível em <https://www.locus.ufv.br/bitstream/123456789/21061/1/artigo.pdf>. Acesso em: 25 jun. 2021.

LEITE, Alexandre César Cunha; ALVES, Elisa Cia; PICCHI, Livia. A cooperação multilateral climática e a promoção da agenda da transição energética no Brasil. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, v. 54, p. 379-403, 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/made/article/view/70349>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LIMA, Flávia Danielle Santiago; LAMENHA, Bruno. Mobilizando a agenda dos direitos coletivos, assegurando espaço institucional Ministério Público e Defensoria Pública na transição democrática. **Revista de Informação Legislativa**, Brasília a. 58 n. 231 p. 87-108 jul./set. 202. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/58/231/ril_v58_n231_p87.pdf. Acesso em: 10 out. 2023.

LIMA, Silvia Maria Santana; LOPES, Wilza Gomes Reis; FAÇANHA, Antonio Cardoso. Desafios do planejamento urbano na expansão das cidades: Entre planos e realidade. **urbe Revista Brasileira de Gestão Urbana**, v. 11, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.011.e20180037>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LIMA, Thaisi Leal Mesquita de; GUIMARÃES, Patrícia Borba Vilar; BRAGA JÚNIOR, Sérgio Alexandre de Moraes. O direito à cidade inteligente sob a perspectiva do desenvolvimento sustentável: o caso da agenda Teresina 2030 e do Observatório da Mobilidade. **Revista de Direito da Cidade**, v. 13, n. 1. p.348-364, 2021. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/49473/37313>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Bases institucionais do presidencialismo de coalizão. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 44, 1998. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-64451998000200005>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LIMONGI, Fernando; FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. A crise atual e o debate institucional. **Novos estudos CEBRAP**, v. 36, n. 3, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201700030008>. Acesso em: 27 nov. 2023.

LÖWI, Theodore J. Four Systems of Policy, Politics, and Choice. **Public Administration Review**, v. 32, n. 4, p. 298-310, Jul.-Aug.1972. Disponível em <http://links.jstor.org/sici?sici=0033-3352%28197207%2F08%2932%3A4%3C298%3AFSOPPA%3E2.o.CO%3B2-X>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MACEDO, Elaine Harzheim; RODRIGUES, Ricardo Schneider. Negócios Jurídicos Processuais e Políticas Públicas: tentativa de superação das críticas ao controle judicial. **Revista de Processo**, v. 273/2017, p. 69-93, nov., 2017.

MACHADO, Rafael Moreno Rodrigues Silva; SILVA, Juvêncio Borges. A legitimação da intervenção judicial em políticas públicas e o princípio da transformação social. **Revista Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 18, n. 45, p. 37-55, maio/ago. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.31512/rdc.v18i45.1280>. Acesso em: 4 out. 2023.

MACIEL, Débora Alves. Ação coletiva, mobilização do direito e instituições políticas: o caso da campanha da lei Maria da Penha. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, p. 97-112, out. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000300010>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MADEIRA, Lígia Mori; ENGELMANN, Fabiano. Estudos sociojurídicos: apontamentos sobre teorias e temáticas de pesquisa em sociologia jurídica no Brasil. **Sociologias**, v. 15, p. 182-209, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222013000100008>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MAINARDES, Jefferson. Abordagem do ciclo de políticas públicas: uma contribuição para a análise de políticas públicas educacionais. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 94, p. 47-69, jan. 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302006000100003> Acesso em: 7 abr 2023.

MALHEIROS, Rafael Taranto; DUARTE, Clarice Seixas. A dimensão jurídico-institucional da política pública da regularização fundiária urbana de interesse social e a busca de sua efetividade. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/441>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MANCUSO, Wagner Pralon. O empresariado como ator político no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa. **Revista de Sociologia e Política**, v. 28, p. 131-146. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782007000100009>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MARICATO, Erminia. MetrÓpole, legislaçÓo e desigualdade. **Estudos avançados**, v. 17, n. 48, p. 151-166, 2003. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=So103-40142003000200013. Acesso em: 30 nov. 2023.

MARKARD, Jochen. The next phase of the energy transition and its implications for research and policy. **Nat Energy**, v. 3, p. 628-633, 2018. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41560-018-0171-7>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MARTINS, Humberto Falcão. Reforma do Estado na era FHC: diversidade ou fragmentaçÓo da agenda de polÍticas de gestÓo pÚblica? **Revista Eletrônica sobre a Reforma do Estado**, n. 10, 2007. Disponível em: <http://www.direitodoestado.com.br/artigo/humberto-falcao-martins/reforma-do-estado-na-era-fhc-diversidade-ou-fragmentacao-da-agenda-de-politicas-de-gestao-publica>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MASTRODI, Josué; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Sobre o conceito de polÍticas pÚblicas. **Revista de Direito Brasileira**, v. 24, n. 9, p. 3-16, dez. 2019. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdb/article/view/5702>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MATTOS, Karina Denari Gomes de; VALLE, Vanice Regina Lírio do. Da efetividade decisÓria à transformaçÓo social: o investimento institucional em coordenaçÓo, monitoramento e transparência como peça-chave para a modernizaçÓo da prestaçÓo jurisdiccional. **Revista da Faculdade de Direito UFPR**, Curitiba, v. 66, n. 2, p. 185-212, maio/ago. 2021. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/direito/article/view/76271>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MAZMANIAN, Daniel A.; SABATIER, Paul A. A Multivariate Model of Public Policy-Making. **American Journal of Political Science**, v. 24, n. 3, p. 439-468, Aug.1980. Disponível em: <http://www.jstor.org/stable/2110827>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MEIER, Wesley J., HOWARD, Terry L.; ULFERTS, Gregory W. Transforming City Governments Throught IT. **Review of Business Information Systems**, v. 15, n. 4,

p. 1-4, 2011. Disponível em:

<https://clutejournals.com/index.php/RBIS/article/view/6006/6084>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MELO, Marcus André. O sucesso inesperado das reformas de segunda geração: federalismo, reformas constitucionais e política social. **Dados**, v. 48, n. 4, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000400004>. Acesso em: 27 nov. 2023.

MENICUCCI, Telma Maria Gonçalves; MACHADO, José Ângelo. Judicialization of Health Policy in the Definition of Access to Public Goods: Individual Rights vers Collective Rights. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 33-68, 2010. Disponível em: http://socialsciences.scielo.org/pdf/s_bpsr/v5nse/scs_a02.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOREIRA, Rafael Bueno da Rosa; LIMA, Rafaela Preto de. O Ciclo de Políticas Públicas para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes nos Municípios Brasileiros. **Revista Juris Poiesis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 33, p. 395-429, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/view/9343/47967519>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. A constitucionalização da Defensoria Pública: disputas por espaço no sistema de justiça. **Revista Opinião Pública**, Campinas, vol. 23, n. 3, set.-dez., 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1807-01912017233647>. Acesso em: 10 out. 2023.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. O paradigma do resultado. **Fórum Administrativo: Direito Público**, Belo Horizonte, v. 9, n. 100, jun. 2009. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/36367>. Acesso em: 30 nov. 2023.

NASCIMENTO, Pedro; BARROS, Ana Tereza Duarte Lima de (orgs.). **Ciência política: uma proposta educativa: volume I**. Campina Grande: EDUEPB, 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/11397>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NASCIMENTO, Wanderson Maia; FARRANHA, Ana Cláudia. Equidade e políticas públicas: avaliação e perspectiva da representatividade política, étnica e de

gênero nos conselhos ambientais do Distrito Federal. **Revista Jurídica - UNICURITIBA**, v. 1, n. 34, 2014. Disponível em: <https://revista.unicuritiba.edu.br/index.php/RevJur/article/view/785>. Acesso em: 29 nov. 2023.

NORONHA, Rodolfo. Políticas públicas judiciais: dentro do Tribunal, fora do processo. **Revista da Faculdade de Direito da UERJ**. Disponível em: https://www.academia.edu/60894283/Pol%C3%ADticas_P%C3%ABlicas_Judiciais_Dentro_Do_Tribunal_Fora_Do_Processo. Acesso em: 16 set. 2022.

NUNES, Leonardo Inacio; BREGA FILHO, Vladimir. Limites ao controle jurisdicional de políticas públicas: embasamento científico como critério de interpretação no enfrentamento da pandemia da Covid-19. **Revista Direitos Sociais e Políticas Públicas (UNIFAFIBE)**, [S. l.], v. 11, n. 1, p. 1-22, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.25245/rdspp.v11i1.1368>. Acesso em: 31 jul. 2023.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de. O Ministério Público brasileiro e a implementação de políticas públicas. **Revista de Informação Legislativa**, ano 50 Número 198 abr./jun. 2013. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/50/198/ril_v50_n198_p225.pdf. Acesso em: 4 out. 2023.

OLIVEIRA, Luciano Moreira de; ANDRADE, Eli Iola Gurgel; MILAGRES, Marcelo de Oliveira. Ministério Público e políticas de saúde: implicações de sua atuação resolutiva e demandista. **Revista de Direito Sanitário**, [S. l.], v. 15, n. 3, p. 142-161, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rdisan/article/view/97332>. Acesso em: 20 nov. 2023.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de; NORONHA, Lincoln Nasrcelio Thomaz; SILVA, Giovanna Mariano. Relações entre Judiciário e Executivo em *policy making* (fazer política): o caso de distribuição de medicamentos no Estado de São Paulo. **Áskesis**, v. 5, n.2, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.46269/5216.215>. Acesso em: 7 dez. 2022.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. Judiciário e privatizações no Brasil: existe uma judicialização da política? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 48, n. 3, p. 559-587, jul./set., 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0011-52582005000300004>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PEREIRA, Paulo Fernando Soares; FARRANHA, Ana Cláudia. Saberes e direitos descolonizados: a contribuição da categoria raça e a reinvenção dos direitos a

partir de uma epistemologia latino-americana. **Revista Acadêmica da Faculdade de Direito do Recife**, v. 90, n. 1, 2018. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/ACADEMICA/article/view/231415/29135>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PEREZ, Olívia Cristina. O que é interdisciplinaridade? Definições mais comuns em artigos científicos brasileiros. **Interseções**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 2, p. 454-474, dez. 2008. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/intersecoes/article/view/39041>. Acesso em: 10 jan. 2023.

PETERS, Guy B. Policy instruments and public management: bridging the gaps. **Journal of Public Administration Research And Theory**, v. 10, n. 1, 2000. Disponível em: <https://academic.oup.com/jpart/article-pdf/10/1/35/6176101/10-1-35.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

PETRARCA, Fernanda Rios. Ativismo jurídico e usos militantes do direito na luta pela igualdade racial. **Revista de Antropologia da USP**, São Paulo, v. 56, n. 1, p. 112-145, jun., 2013. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/64470/67125>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PIMENTEL, Cacia Campos. Transição energética, governança ambiental e a formulação de políticas econômicas: o Programa RENOVABIO como modelo de governança multilateral. **Revista Videre**, v. 11, n. 22, p. 171-184, 2019. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/index.php/videre/article/view/10524>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PINTO, Élide Graziane; XIMENES, Salomão Barros. Financiamento dos direitos sociais na constituição de 1988: do “pacto assimétrico” ao “estado de sítio fiscal”. **Educação e Sociedade**. Campinas, v. 39, n. 145, p. 980-1003, out-dez. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES0101-73302018209544>. Acesso em: 04 dez. 2023.

PINTO, Isabela Cardoso de Matos. Mudanças nas políticas públicas: a perspectiva do ciclo de política. **Revista de Políticas Públicas**, v. 12, n. 1, p. 27-36, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/3832/1960>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PIRES, Roberto Rocha Coelho; GOMIDE, Alexandre de Ávila. Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista Sociologia e Política**, v. 24, n. 58, 2016. Disponível em:

<https://doi.org/10.1590/1678-987316245806>. Acesso em: 27 nov. 2023.

PRITCHETT, Herman C. Public law and judicial behavior. **Journal of Politics**, v. 30, p. 480-509, 1968. Disponível em:

<https://www.journals.uchicago.edu/doi/10.2307/2128450>. Acesso em: 30 nov.

2023.

PROCOPIUCK, Mario; FREY, Klaus. Redes de políticas públicas e de governança e sua análise a partir da websphere analysis. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 34, p. 63-83, 2009. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782009000300006>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Acesso em: 29 nov. 2023.

PROENÇA, Domício; MUNIZ, Jacqueline; PONCION, Paula. Da governança de polícia à governança policial: controlar para saber; saber para governar.

Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 3, n. 2, 2009. Disponível em:

<https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/50/48>.

Acesso em: 27 nov. 2023.

QUINTAS, Fábio Lima. Juízes-administradores: a intervenção judicial na efetivação dos direitos sociais. **Revista de informação legislativa**, v. 53, n. 209, p. 31-51, jan./mar. 2016. Disponível

em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/519997>. Acesso em: 28 set. 2022.

RAEDER, Sávio. Ciclo de políticas públicas: uma abordagem integradora dos modelos para análise de políticas públicas. **Perspectivas em Políticas Públicas**, Belo Horizonte, vol. 7, n. 13, p. 121-146, jan./jun. 2014. Disponível em:

https://www.academia.edu/28410728/CICLO_DE_POL%C3%8DTICAS_uma_abordagem_integradora_dos_modelos_para_an%C3%A1lise_de_pol%C3%ADticas_p%C3%ABlicas. Acesso em: 18 nov. 2023.

1. RAMOS, Marília; SCHABBACH, Letícia. O estado da arte da avaliação de políticas públicas: conceituação e exemplos de avaliação no Brasil. **Revista Administração Pública**. Rio de Janeiro, v. 46, n. 5, p. 1271-294, set./out. 2012.

Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122012000500005>. Acesso em: 01 dez. 2023.

RECK, Janriê Rodrigues; VANIN, Fábio Scopel. O direito e as cidades Inteligentes: desafios e possibilidades na construção de políticas públicas de

planejamento, gestão e disciplina urbanística. **Revista de Direito da Cidade**, v. 12, n. 1, p. 464-492, 2020. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/rdc/article/view/39618/33502>. Acesso em: 30 nov. 2023.

RIBEIRO, Ivan César. Políticas públicas e teorias do Estado: o papel das teorias de médio alcance. **REI – Revista Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://estudosinstitucionais.emnuvens.com.br/REI/article/view/432/419>. Acesso em: 27 nov. 2023.

RIBEIRO, Ivan César. A interação entre teoria e prática no ensino de Direito e Políticas Públicas: experiência da graduação em direito da Universidade Federal de São Paulo. **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18242>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RIZZI, Ester Gammardella; BAMBINI, Gustavo. A tarefa de ensinar Direito no Campo das Políticas Públicas – o desafio de integrar uma comunidade epistêmica interdisciplinar. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/434>. Acesso em: 29 nov. 2023.

RIZZI, Ester Gammardella. A disciplina “Direito e Políticas Públicas” no curso de Gestão de Políticas Públicas da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da USP – reflexões a partir da prática. **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18240>. Acesso em: 29 nov. 2023.

ROCHA, J. A. Oliveira. Estudo das Políticas Públicas, Conceito e Modelos de Análise. Gestão do Processo Político e Políticas Públicas. *In*: ROCHA, J. A. Oliveira. **Gestão do Processo Político e Políticas Públicas**. Lisboa, Portugal: Escolar, 2010, pp. 15-38.

RODRIGUES, Lea Carvalho. Propostas para uma avaliação em profundidade de políticas públicas sociais. **Revista Avaliação de Políticas Públicas (AVAL)**, Fortaleza, ano 1, v. 1, n. 1, p. 7-15, jan./jun. 2008. Disponível em: <http://www.avalrevista.ufc.br/index.php/revistaaval/article/view/3/3>. Acesso em: 01 dez. 2023.

RODRIGUES, Ricardo Schneider. Tribunais de Contas no Brasil e em Portugal: regime jurídico e o controle de políticas públicas. **Revista Jurídica Luso-brasileira**, ano 4, n. 6, 651-688, 2018. Disponível em: https://www.cidp.pt/revistas/rjlb/2018/6/2018_06_0651_0688.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

RUIZ, Isabela.; BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de problemas de políticas públicas: uma ferramenta para análise jurídico-institucional. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/443>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SALINAS, Natasha Schmitt Caccia. Avaliação legislativa no Brasil: apontamentos para uma nova agenda de pesquisa sobre o modo de produção das leis. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, vol. 3, n. 2, 2013. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/RBPP/article/view/2219>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa; MARQUES, Maria Manuel Leitão; PEDROSO, João. Os tribunais nas sociedades contemporâneas. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, n. 30, p. 29-62, 1996. Disponível em: http://www.anpocs.com/images/stories/RBCS/30/rbcs30_07.pdf. Acesso em: 26 jan. 2023.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. Integração e diferença em encontros disciplinares. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 22, n. 65, p. 51-60, out. 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092007000300005>. Acesso em: 29 jul. 2023.

SCHMIDT, João Pedro. Para estudar políticas públicas: aspectos conceituais, metodológicos e abordagens teóricas. **Revista do Direito**, n. 56, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/12688/7826>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SECCHI, Leonardo *et al.* Reforma administrativa no Brasil: passado, presente e perspectivas para o futuro frente à PEC 32/2020. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, v. 26, n. 83, 2021. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/82430/80083>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SIERRA, Vânia Morales. A judicialização da política no Brasil e a atuação do assistente social na justiça. **Revista katálysis**, v. 14, n. 2, 2011, p. 256-264. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-49802011000200013> . Acesso em: 25 jun. 2023.

SILVA, Alexandre José da; PEDDE, Valdir. Ministério Público: transformador da realidade social ou reproduzidor das estruturas de poder? **Revista Gestão e Desenvolvimento**, Novo Hamburgo, v. 15, n. 1, jan./jun. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.25112/rgd.v15i1.1221>. Acesso em: 18 jan. 2023.

SILVA, Cátia Aida. Promotores de Justiça e novas formas de atuação em defesa de interesses sociais e coletivos. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 16, n. 45, p. 127-144, fev. 2001. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092001000100007>. Acesso em: 19 set. 2022.

SILVA, Cecília de Almeida; BRASIL, Deilton Ribeiro; MOURA, Francisco; VIEIRA, José Ribas; TAVARES, Rodrigo; VALLE, Vanice Lírio do. Saídas institucionais ou a força do processo democrático na prevalência da Constituição?. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 41, jul. 2010. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/33743>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVA, Fábio Freitas da; NOGUEIRA, Geísa Pereira Marcílio; MATIAS, Ítalo de Oliveira; MATTA, Ludmila Gonçalves da; SHIMOYA, Aldo. A. Análise bibliométrica sobre políticas públicas. **Revista de Políticas Públicas**, [S. l.], v. 23, n. 2, p. 754-770, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2178-2865.v23n2p754-770>. Acesso em: 3 ago. 2023.

SILVA, Jeovan Assis da; FLORÊNCIO, Pedro de Abreu e Lima. Políticas judiciárias no Brasil: o Judiciário como autor de políticas públicas. **Revista do Serviço Público**, v. 62, n. 2, p. 119-136, abr/jun 2011. Disponível em: <https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/65/61>. Acesso em: 18 set. 2022.

SILVA, Juvêncio Borges; SILVEIRA, Ricardo dos Reis. Cidadania: uma leitura a partir do sistema escravista e suas implicações na (de) formação das práticas republicanas no Brasil. **Revista Direitos e Garantias Fundamentais**, Vitória, v. 19, n. 1, p. 13-54, jan./abr. 2018. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/972>. Acesso em 4 out. 2023.

SILVA, Lucia Sousa; TRAVASSOS, Luciana. Problemas ambientais urbanos: Desafios para a elaboração de políticas públicas integradas. **Cadernos Metrópole**, n. 19, p. 27-47, 1^o sem. 2008. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=402860220003>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SILVEIRA, Raquel Maria da Costa *et al.* O Ministério Público no enfrentamento dos reflexos da Covid-19: uma análise acerca da sua atua o judicial e extrajudicial no estado do Rio Grande do Norte. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 11, n. 3, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoes.uniceub.br/RBPP/article/view/7566>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SILVEIRA, Raquel Maria da Costa *et al.* Solu es para problemas públicos em juízo: uma prática interdisciplinar entre campo de públicas e direito. **Cadernos de Gestão Pública e Cidadania**, v. 28, p. 1, 2023. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/86370>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SIMEON, Richard. Studying Public Policy. **Canadian Journal of Political Science**, v. 9, n. 4, p. 548-580, 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/43298389>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SOARES, Hector Cury. Políticas públicas e controle judicial: o papel da decisão judicial. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 2, n. 1, p. 19-36, jan./jun.2012. Disponível em: <http://doi.org/10.5102/rbpp.v2i1.1659>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SOUSA, Thiago Castro. A competi o institucional como Processo de Aprendizado Social e de Limita o do Poder Político. **Interdisciplinary Journal of Philosophy Law and Economics**, v. 7, n. 1, 2019. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jornal/5863/586364222007/html>. Acesso em: 3 nov. 2023.

SOUZA, Celina. Federalismo, desenho constitucional e institui es federativas no Brasil pós-1988. **Revista de Sociologia e Política**, n. 24, pp. 105-121, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-44782005000100008>. Acesso em: 27 ago. 2021.

SOUZA, Celina. “Estado do campo” da pesquisa em políticas públicas no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 18, n. 51, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-69092003000100003>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SOUZA, Celina. Políticas públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 8, n. 16, p. 20-45, ju./dez., 2006. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003> . Acesso em: 31 jan. 2023.

SOUZA, Matheus Silveira de; BUCCI, Maria Paula Dallari. O estado da arte da abordagem Direito e Políticas Públicas em âmbito internacional: primeiras aproximações. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/431>. Acesso em: 29 nov. 2023.

SPOSATI, Aldaiza. Tendências latino-americanas da política social pública no século 21. **Revista Katálysis**, v. 14, n. 1, p. 104-115, 2011. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141449802011000100012&lng=en&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 30 nov. 2023.

ST’AHEL, Richard. Sustainable development in the shadow of climate change. **Civitas**, v. 19, n. 2, p. 337-353, maio/ago.2019. Disponível em: <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2019.2.31971>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TAVARES, Everkley Magno Freire; BEZERRA, Gilvanete Correa. Interdisciplinaridade: uma concepção emergente no ensino superior do Direito. **Revista Direito e Liberdade**, vol. 3, n. 2, pp. 269-280, 2006. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/59990/interdisciplinaridade_uma_concepcao_tavares.pdf. Acesso em: 27 dez. 2022.

THIESEN, Juarez da Silva. A interdisciplinaridade como um movimento articulador no processo de ensino-aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**, v. 13, n.39, set./dez, 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782008000300010>. Acesso em: 30 jan. 2023.

TINOCO, Vinícius Boechat. Desafios, vicissitudes e possibilidades do Campo de Públicas no Brasil. **Revista Agenda Política**, vol. 4, n. 2, maio/agosto, 2016. Disponível em: <https://www.agendapolitica.ufscar.br/index.php/agendapolitica/article/download/105/99/192>. Acesso em: 27 ago. 2022.

TOLEDO, Carlos José Teixeira de. O neoinstitucionalismo histórico como método de análise jurídica de políticas públicas: o estudo da trajetória política da carreira docente. **REI – Revista Estudos Institucionais**. Rio de Janeiro. v.5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/437/433>. Acesso em: 27 nov. 2023.

TOLEDO, Carlos José Teixeira de; WERNER, Patrícia Ulson Pizarro. A abordagem direito e políticas públicas na sala de aula: a experiência das escolas de advocacia pública. **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18237/10921>. Acesso em: 29 nov. 2023.

TOLMASQUIM, Mauricio Tiomno. Perspectivas e planejamento do setor energético no Brasil. **Estudos Avançados**, v. 26, n. 74, p. 249-260, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142012000100017>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TREVISAN, Andrei Pittol; BELLEN, Hans Michael Van. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 3, p. 529-50, maio/jun. 2008. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-76122008000300005>. Acesso em: 01 dez. 2023.

VAITSMAN, Jeni; PAES-SOUSA, Rômulo. Avaliação de programas e profissionalização da gestão pública. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**. Brasília, n. 1, 2011. Disponível em: https://aplicacoes.mds.gov.br/sagirmsps/ferramentas/TemplateHTML/PDFs/Artigo_Revista/Avaliacao_de_programas_e_profissionalizacao_da_gestao_publica.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

VALENTE, Sérgio Ruy David Polimeno. Direito e Políticas Públicas: uma visão jurídico-institucional sobre o caso do saneamento básico no Brasil. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/440>. Acesso em: 29 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Diálogo institucional como pressuposto da efetividade constitucional. **A & C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**. Belo Horizonte, v. 6, n. 23, jan. 2006. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30496>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Lírio do. O direito-narciso: nova ameaça à jusfundamentalidade dos direitos. **A & C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v. 7, n. 28, abr. 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/30370>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Dever constitucional de enunciação de políticas públicas e autovinculação: caminhos possíveis de controle jurisdicional. **Fórum administrativo: direito público**, Belo Horizonte, v. 7, n. 82, dez. 2007. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31416>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Lírio do. Constitucionalização das políticas públicas e seus reflexos no controle. **Fórum administrativo: direito público**, Belo Horizonte, v. 8, n. 85, mar. 2008. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/31396>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Constituição e a fênix: o controle da omissão legislativa renasce das cinzas na proteção aos direitos fundamentais. **A & C: revista de direito administrativo e constitucional**, Belo Horizonte, v. 9, n. 35, jan./mar. 2009. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/28030>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Eficiência administrativa, pluralismo e hipercomplexidade: novas fronteiras de compreensão de um velho problema. **Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte: RPGMBH**, Belo Horizonte, v. 3, n. 6, p. 187-204, jul./dez. 2010. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/76581>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do; SILVA, Cecília de Almeida. Abertura dialógica no controle abstrato de constitucionalidade: um olhar ainda preceitual. **A & C: Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, v. 10, n. 42, set. 2010. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/35163>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Sustentabilidade das escolhas públicas: dignidade da pessoa traduzida pelo planejamento público. **A&C Revista de Direito Administrativo & Constitucional**, Belo Horizonte, ano 11, n. 45, p. 127-149, jul./set. 2011. Disponível em: <https://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/212/203>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Transigibilidade na administração pública: uma faceta da consensualidade no direito administrativo do século XXI. **Fórum Administrativo**, Belo Horizonte, v. 11, n. 123, maio, 2011. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/38113>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Constitucionalismo latino-americano: sobre como o reconhecimento da singularidade pode trabalhar contra a efetividade. **Revista do Instituto de Hermenêutica Jurídica: RIHJ**, Belo Horizonte, v. 10, n. 11, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://bdjur.stj.jus.br/dspace/handle/2011/68895>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle judicial de políticas públicas: sobre os riscos da vitória da semântica sobre o normativo. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 14, n. 14.2, p. 387-408, 2013. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/420>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Dialogical constitutionalism manifestations in the Brazilian judicial review. **Revista de Investigações Constitucionais**, v. 1, n. 3, p. 59-90, set. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v1i3.40515>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Judicial adjudication in housing rights in Brazil and Colombia: a comparative perspective. **Revista De Investigações Constitucionais**, v. 1, n. 2, p. 67-102, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v1i2.40511>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. O papel da adjudicação como mecanismo social de composição de conflitos. **Fórum Administrativo: FA**, Belo Horizonte, v. 17, n. 192, p. 76-83, fev. 2017. Disponível em: <https://bdjur.stj.jus.br/jspui/handle/2011/137507>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Planejamento orçamentário e políticas públicas: explorando uma alternativa de reconciliação pela indução. **Revista de Investigações Constitucionais**, 2018, v. 5, n. 2, p. 113-134, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5380/rinc.v5i2.55250>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do; DIAS, Paula do Espírito Santo de Oliveira. Indeterminação dos direitos sociais e os desafios à efetividade: uma visão

empírica. **Revista de Direito Administrativo e Constitucional** [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, v.18, n.73, jul./set. 2018. Disponível em: <https://dspace.almg.gov.br/handle/11037/31031?mode=full>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. políticas públicas e ações civis públicas: judicialização da política? **Direito em Movimento**, [S. l.], v. 16, n. 2, p. 182–202, 2018. Disponível em: <https://ojs.emerj.com.br/index.php/direitoemmovimento/article/view/100>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Governança e *compliance* na administração direta: ampliando as fronteiras do controle democrático. **A&C – Revista de Direito Administrativo e Constitucional**, Belo Horizonte, ano 19, n. 75, p. 161–177, jan./mar. 2019. Disponível em: <https://www.revistaaec.com/index.php/revistaaec/article/view/993/800>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Judicial deference and public policy: Respecting the boundaries. **Revista Juris Poiesis**, Rio de Janeiro, v. 22, n. 29, 2019, pg.338–344. Disponível em: <http://revistaadmmade.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/viewFile/7520/47966307>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio. Deferência judicial para com as escolhas administrativas: resgatando a objetividade como atributo do controle do poder. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, Curitiba, v. 25, n. 1, p. 110–132, 2020. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1577>. Acesso em: 25 fev. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Brazilian Constitution: context, structure and current challenges. **British Journal of American Legal Studies**, v. 9, n. 3, 2020. Disponível em: <https://sciendo.com/article/10.2478/bjals-2020-0009>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. How the pandemic might boost rediscovering judicial deference to administrative choices as a possibility. **Revista Juris Poiesis**, Rio de Janeiro, v. 23, n. 32, p. 641–648, 2020. Disponível em: <http://periodicos.estacio.br/index.php/jurispoiesis/article/viewFile/8663/47967035>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Deferência judicial para com as escolhas administrativas: resgatando a objetividade como atributo do controle do poder. **Revista Direitos Fundamentais & Democracia**, [S. l.], v. 25, n. 1, p. 110–132, 2020. Disponível em: <https://revistaeletronicardfd.unibrasil.com.br/index.php/rdfd/article/view/1577>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Três axiomas para o agir administrativo fundado em novas tecnologias de informação e comunicação. **International Journal of Digital Law**, Belo Horizonte, ano 2, n. 1, p. 11–28, jan./abr. 2021. Disponível em: <https://journal.nuped.com.br/index.php/revista/article/view/2021valle>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Deferência judicial às escolhas regulatórias: o que podemos aprender com *standards* aplicados pela Suprema Corte estadunidense. **Revista de Direito Administrativo**, vol. 280, n. 2, 2021, p 137–164. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/84499/80107>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do; HUNGRIA, Ana Luiza Hadju. Implementação gradual de direitos socioeconômicos: construtivismo constitucional na Corte Constitucional sul-africana. **Revista de Estudos Constitucionais, Hermenêutica e Teoria do Direito (RECHTD)** v. 4, n. 2, p. 226–238, julho–dezembro, 2012. Disponível em: http://egov.ufsc.br/portal/sites/default/files/implementacao_gradual_de_direitos_socioeconomicos.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do; MACEDO, João Paulo Landim. Escolas de advocacia de estado como locus para o desenvolvimento de habilidades compatíveis com uma abordagem direito e políticas públicas. **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18244>. Acesso em: 29 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do; MOTTA, Fabrício. Experiência no planejamento e ensino da disciplina “legalidade, regulação e atividade normativa da administração pública na efetivação de políticas públicas”. **Revista do Direito**, n. 69, 13 abr. 2023. Disponível em:

<https://online.unisc.br/seer/index.php/direito/article/view/18241>. Acesso em: 29 nov. 2023.

VÁZQUEZ, Daniel; DELAPLACE, Domitille. Políticas públicas na perspectiva de direitos humanos: um campo em construção. **Revista Internacional de Direitos Humanos**, v. 8, n. 14, jun. 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/16031669.pdf>. Acesso em 07 abr 2023.

VIANA, Ana Luiza, Abordagens metodológicas em políticas públicas. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v. 30, p. 5-43, 1996. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/8095>. Acesso em: 10 nov. 2011.

VICENTE, Victor Manuel Barbosa. Políticas públicas: Uma contribuição sucinta à edificação de um modelo para sua análise. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 4, n. 1, p. 28-47, 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v4i1.2761>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VICK, Fernanda; LAVALLE, Adrian Gurza. É a política... A efetividade das conferências e seus mecanismos causais. **Opinião pública**, v. 26, n. 3, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-01912020263556>. Acesso em: 27 nov. 2023.

VIOLA, Eduardo; FRANCHINI, Matías; RIBEIRO, Thaís Lemos. Climate governance in an international system under conservative hegemony: the role of major powers. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 55, n. spe, p. 9-29, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0034-73292012000300002>. Acesso em: 30 nov. 2023.

WALKER, Priscila Benelli. A construção do direito ao desenvolvimento e sua aplicação mediante as políticas públicas de sustentabilidade. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 159-190, jan./jun. 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.5102/rbpp.v1i1.1227>. Acesso em: 30 nov. 2023

WERNER, Patrícia Ulson Pizarro. A abordagem Direito e Políticas Públicas como ferramenta de aprimoramento das instituições jurídicas: qualidade organizacional, sistematização de dados e fomento das relações interinstitucionais. **REI – Revista de Estudos Institucionais**, v. 5, n. 3, 2019. Disponível em: <https://www.estudosinstitucionais.com/REI/article/view/435>. Acesso em: 29 nov. 2023.

Parte 2 – Obras coletivas

ABDAL, Alexandre et al. (orgs.). **Métodos de pesquisa em Ciências Sociais: Bloco Qualitativo**. São Paulo: Sesc São Paulo/CEBRAP São Paulo, 2026. Disponível em: https://bibliotecavirtual.cebrap.org.br/arquivos/2016_E-BOOK%20Sesc-Cebrap_%20Metodos%20e%20tecnicas%20em%20CS%20-%20Bloco%20Qualitativo.pdf. Acesso em: 04 dez. 2023.

ABRAHAM, Marcus. **Políticas Públicas e o Federalismo Fiscal Brasileiro**. In: DOMINGUES, José Marcos (org.). **Direito financeiro e políticas públicas**. 1 ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2015.

ALMEIDA, Mansueto. Estrutura do gasto público no Brasil: evolução histórica e desafios. In: REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando Santos Moreira da (org.). **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. São Paulo: FGV, 2013.

ARANTES, Rogério Bastos *et al.* Controles democráticos sobre a administração pública no Brasil: Legislativo, tribunais de contas, Judiciário e Ministério Público. In: LOUREIRO, Maria Rita Garcia; ABRUCIO, Fernando Luiz; PACHECO, Regina Silvia (org.). **Burocracia e política no Brasil: desafios para a ordem democrática no século XXI**. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

ARRETCHE, Marta Teresa da. Tendências no estudo sobre avaliação. In: Elizabeth Melo Rico (org.). **Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate**. 2. ed., São Paulo, Brasil: Cortez, 1999, pp. 29-39.

ARRETCHE, Marta. Uma contribuição para fazermos avaliações menos ingênuas. In: BARREIRA, Maria Cecília R. Nobre; CARVALHO, Maria do Carmo Brant de (orgs.). **Tendências e perspectivas na avaliação de políticas e programas sociais**. São Paulo: IEE/PUC, 2001. Disponível em: <http://bibliotecadigital.abong.org.br/handle/11465/1763>. Acesso em: 01 dez. 2023.

ARRUDA, Carmen Silvia Lima de. Importância da utilização de audiências sequenciais nos processos de saúde. In: WANG, Daniel Wei Liang; TERRAZAS, Fernanda Vargas (orgs.). **Judicialização da saúde nos municípios: teses Jurídicas, diagnósticos e experiências de gestão**. Brasília, DF: CONASEMS – Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde, 2022 [livro eletrônico].

Disponível em:

<https://drive.google.com/file/d/1xVtB47NEG3cmeey6e2bqE7jWayDUawLK/view> .

Acesso em: 01 dez. 2023.

ATAÍDE JUNIOR, Jaldemiro Rodrigues de. Sobre a imprudência da magistratura brasileira em tempos de pandemia. *In*: FARIAS, Rodrigo Nóbrega; MASCARENHAS, Igor de Lucena (org.). **COVID-19: saúde, judicialização e pandemia**. Curitiba: Juruá, 2000.

AZEVEDO, Paulo Furquim; SZTAJN, Rachel; ZYLBERSZTAJN, Décio (orgs.). **Direito e economia: análise econômica do direito e das organizações**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

BACELAR, Tânia. As políticas públicas no Brasil: heranças, tendências e desafios. *In*: SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos (org.). **Políticas públicas e Gestão**. Rio de Janeiro, Brasil: Fase. 2003.

BARBOSA, Leon Victor de Queiroz. Justiça & Judiciário. *In*: DANTAS, Humberto *et al.* (org.). **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências** – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021 [*e-book*].

BARBOSA, Maria de Fátima Nóbrega; EMMENDOERFER, Magnus Luiz. Políticas públicas: renovações na produção científica internacional. *In*: EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GOMES, Bruno Martins Augusto (org.). **Métodos qualitativos para análise de políticas públicas**. Salvador, BA: Motres, 2023.

BARCELLOS, Ana Paula de. Constitucionalização das políticas públicas em matéria de direitos Fundamentais: o controle político-social e o controle jurídico no espaço Democrático. *In*: SARLET, Ingo Wolfgang; TIMM, Luciano Benetti (orgs.). **Direitos Fundamentais: orçamento e “reserva do possível”**. 2. Ed. Porto Alegre: Revista do Advogado, 2013, p. 101-132.

BARCELLOS, Anas Paula de. Direito e políticas públicas: informação, metas e monitoramento. *In*: CASIMIRO, Matheus e CUNHA, Eduarda (org.). **Direito e política**. Um diálogo possível? Londrina, Paraná: Thoth Editora, 2023, p. 205-220.

BASÍLIO, Carlo Artur. Direitos sociais: questões conceituais e efetividade. *In*: DOMINGUES, José Marcos (org.). **Direito financeiro e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2015.

BARROS, Marcus Aurélio Freitas. Limites e possibilidades para a construção de uma Teoria das Decisões Estruturais no Brasil: as políticas públicas como um desafio para a tutela coletiva no século XXI. *In*: LEITE, David de Medeiros; MENEZES, Patrícia Moreira de; ALCOFORADO, Rogério Emiliano Guedes (org.). **Direito Público e Governança**. Mossoró: EDUERN, 2017.

BERCOVICI, Gilberto. **Desenvolvimento, Estado e Administração Pública**. *In*: CARDOZO, José Eduardo Martins; QUEIROZ João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos (coord.). Direito administrativo econômico. São Paulo: Atlas, 2011.

BLIACHERIENE, Ana Carla; RIBEIRO, Renato Jorge Brow. Fiscalização Financeira e orçamentária: controle interno, controle externo e controle social do orçamento. *In*: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (coord.). **Orçamentos públicos e Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

BRAGA, Ana Gabriela Mendes; Igreja, Rebecca Lemos; Cappi, Riccardo (orgs.). **Pesquisar empiricamente o direito II**: percursos metodológicos e horizontes de análise. São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2022. Disponível em: <https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2022/12/BRAGA-A.G.M.-IGREJA-R.-CAPPI-R.-Org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito-II.pdf>. Acesso em: 04 dez. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Buscando um conceito de políticas públicas para a concretização dos direitos humanos. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari *et al.* **Direitos humanos e políticas públicas**. São Paulo: Polis, 2001. Disponível em: http://www.bibliotecadigital.abong.org.br/bitstream/11465/441/1/POLIS_direitos_humanos_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 30 jul. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. O conceito jurídico de políticas públicas. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Notas para uma metodologia jurídica de análise de políticas Públicas. *In*: FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio César dos Santos; DIAS, Maria Tereza Fonseca (orgs.). **Políticas Públicas**: possibilidades e limites. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 225-260.

BUCCI, Maria Paula Dallara; DUARTE, Clarice Seixas (coords.). **Judicialização da saúde: a visão do Poder Executivo**. São Paulo: Saraiva, 2017.

BUCCI, Maria Paula Dallari; GASPARDO, Murilo (orgs.). **Teoria do Estado: sentidos contemporâneos**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BUCCI, Maria Paula Dallari. A Teoria do Estado entre o jurídico e o político. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari; GASPARDO, Murilo (orgs.). **Teoria do Estado: sentidos contemporâneos**. São Paulo: Saraiva, 2018.

BULLOSA, Rosana de Freitas (org.), **Dicionário para Formação em Gestão Social**. Salvador: Editora CIAGS/UFBA, 2014, 213 p. Disponível em: <https://ud10.arapiraca.ufal.br/repositorio/publicacoes/3056>. Acesso em: 30 nov. 2023.

CAMARGO, Guilherme Bueno. Governança republicana e orçamento: as finanças públicas a serviço da sociedade. *In*: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (coord.). **Orçamentos Públicos e Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas Camargo (org.). **Desenvolvimento econômico e intervenção do Estado na ordem constitucional – estudos jurídicos em homenagem ao professor Washington Peluso Albino de Souza**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas Camargo (org.). **A construção jurídica do estado mínimo no Brasil do século XXI: constituição e política econômica**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2019.

CAPELLA, Ana Cláudia Niedhardt. Perspectivas teóricas sobre o processo de formulação de políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007, pp. 87-122.

CARDOSO JÚNIOR, José Celso; GIMENEZ, Denis Maracci. **Crescimento econômico e planejamento no Brasil (2003-2010)**. *In*: CARDOSO JÚNIOR, José Celso (org.). A reinvenção do planejamento governamental no Brasil. Brasília: Ipea, 2011, p. 77. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvolo4.pdf. Acesso em: 25 nov. 2013.

CARVALHO FILHO, José dos Santos. Políticas públicas e pretensões judiciais determinativas. *In*: FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio César dos Santos; DIAS, Maria Tereza Fonseca (orgs.). **Políticas Públicas: possibilidades e limites**. Belo Horizonte: Fórum, 2008, p. 107-125.

CLARK, Giovani; CORRÊA, Leonardo Alves; NASCIMENTO, Samuel Pontes do. A Constituição Econômica entre a efetivação e os bloqueios institucionais. *In*: CLARK, Giovani; CAMARGO, Ricardo A. L. Camargo (org.). **Constituição econômica, direito econômico e direito comparado: estudos em homenagem ao professor Washington Peluso Albino de Souza pelo centenário de seu nascimento**. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Ed., 2018.

COLOMBO, Luciléia Aparecida (org.). **Federalismo, políticas públicas e poder local**. Campina Grande: EDUEPB, 2022. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/nmg4q>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COMMAILLE; Jacques; KALUSZYNSKI, Martine. (orgs.) **La fonction politique de la justice**. Paris: La Découverte, 2007.

COMPARATO, Fábio Konder. **A organização constitucional da função planejadora**. *In*: CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas Camargo (org.). Desenvolvimento Econômico e intervenção do Estado na Ordem Constitucional – Estudos jurídicos em homenagem ao Professor Washington Peluso Albino de Souza. Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris Editor, 1995.

COUTINHO, Diogo Rosenthal. O direito nas políticas públicas. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo: Editora Unesp; Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

COUTO, Cláudio Gonçalves; ARANTES, Rogério Bastos. Constituição, Governo e Democracia no Brasil. *In*: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Judicialização de políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro, Editora Fiocruz, 2019.

CUNHA, Armando; REZENDE, Fernando (coord.). **Disciplina fiscal e qualidade do gasto público: fundamentos da reforma orçamentária**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. p. 100-101.

DALLARI, Adilson Abreu. **Orçamento impositivo**. *In*: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (coord.). Orçamentos Públicos e Direito Financeiro. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

DOMINGUES, José Marcos. A atividade financeira do Estado e as políticas públicas para os direitos humanos. *In*: DOMINGUES, José Marcos (org.). **Direito financeiro e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2015.

DUARTE, Clarice Seixas. Direito público subjetivo e políticas educacionais. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari (org.). **Políticas públicas**: reflexões sobre o conceito jurídico. São Paulo: Saraiva, 2006, p. 267-278.

DUARTE, Clarice Seixas. O Ciclo das Políticas Públicas. *In*: SMANIO, Gianpaolo Poggio; BERTOLIN, Patrícia Tuma Mantins (org.). **O direito e as políticas públicas no Brasil**. São Paulo: Atlas, 2013.

EMMENDOERFER, Magnus Luiz; GOMES, Bruno Martins Augusto (orgs.). **Métodos qualitativos para análise de políticas públicas**. Salvador, BA: Motres, 2023.

ENGELMANN, Fabiano (org.). **Sociologia política das instituições judiciais**. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/213273>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FARAH, Marta Ferreira Santos. A contribuição da Administração Pública para a constituição do campo de estudo de políticas públicas. *In*: MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org.). **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo, SP: Unesp, 2013.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. **Implementação de Políticas Públicas**: teoria e prática. Belo Horizonte, Brasil: Ed. PUC Minas. 2012.

FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de. A multidisciplinaridade no estudo das políticas públicas. *In*: Marques, Eduardo.; Faria, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs.). **A política pública como campo multidisciplinar**. São Paulo, SP: Unesp, 2013.

FARIA, Rodrigo Oliveira. Do controle da execução orçamentária. *In*: CONTI, José Maurício (coord.). **Orçamentos Públicos**: a Lei n. 4.320/1964 comentada. 2. ed. rev. atual. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2010.

FARIA, Rodrigo de; SCHVARBERG, Benny (orgs.). **Políticas urbanas e regionais no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2011.

FARRANHA, Ana Claudia. Mecanismos para a construção da transparência: uma breve análise do percurso da democracia. *In*: PINHO, José Antônio G. de (ed.). **Artefatos digitais para mobilização da sociedade civil**: perspectivas para avanço da democracia [online]. Salvador: EDUFBA, 2016. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/hk62f/pdf/pinho-9788523218775-03.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Cláudia. Serviços públicos e estratégia brasileira de inteligência artificial: primeiras abordagens. *In*: **Derecho, inteligencia artificial y nuevos entornos digitales**. Punto Rojo, 2020.

FARRANHA, Ana Cláudia; PEREIRA, Paulo Fernandes Soares. Quem tem medo de democracia? Quem tem medo da questão racial?. *In*: TEIXEIRA, Ana Claudia; ALMEIDA, Carla; MORONI, José Antônio (org.). **A democracia necessária e desejada**: dilemas e perspectivas. 1ed. Marília: Lutas Anticapital, 2020, v. 1, p. 37-48.

FERNANDEZ, Michelle. Direitos sociais e políticas públicas. *In*: DANTAS, Humberto *et al.* (org.). **Ciência política e políticas de educação**: conceitos e referências. Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021 [*e-book*]. Disponível em: <https://www.kas.de/pt/web/brasilien/einzeltitel/-/content/politikwissenschaft-und-bildungspolitik-konzepte-und-referenzen>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FRANZOLIN, Cláudio José. MASTRODI, Josué. Direito ao meio ambiente: Sobre as propostas de políticas ambientais de curto prazo para mitigação das mudanças climáticas. *In*: CALGARO, Cleide (org.). **Constitucionalismo e meio ambiente** [recurso eletrônico]: os desafios contemporâneos. Caxias do Sul: Educs, p. 289-305, 2021. Disponível em: <https://www.ucs.br/educs/livro/constitucionalismo-e-meio-ambiente-os-desafios-contemporaneos/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

FRÓES, Fernando. **Infraestrutura Pública: Conceitos, Importância e a Intervenção Governamental**. *In*: CARDOZO, Eduardo Martins; QUEIROZ João Eduardo Lopes; SANTOS, Márcia Walquiria Batista dos (coord.). **Direito Administrativo econômico**. São Paulo: Atlas, 2011.

GALVÃO, Antonio Carlos F. Por que apoiar políticas de desenvolvimento regional? Ideias sobre alguns dos dilemas atuais do desenvolvimento brasileiro. *In*: BRANDÃO, Carlos e SIQUEIRA, Hipólita (orgs). **Pacto Federativo**,

Integração Nacional e Desenvolvimento Regional. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, p. 53-72, 2013.

GESTOSO, José Ignacio Caso. A questão da causalidade. *In*: I. Cano. **Introdução à avaliação de programas sociais.** Rio de Janeiro, Brasil: FGV, 2006, p. 13-17.

GIACOMONI, James. **Orçamento público.** 16. ed. ampl. rev. atual. São Paulo: Atlas, 2012. p. 174. *In*: NAÇÕES UNIDAS. **Manual de orçamento por programas e realizações.** Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento e Coordenação Geral, 1971. p. 40.

GUIVANT, Julia S. A governança dos riscos e os desafios para a redefinição da arena pública no Brasil. *In*: Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (CGEE). **Ciência, Tecnologia e Sociedade: novos modelos de governança.** Brasília: CGEE, 2005. Disponível em: <https://iriscfh.paginas.ufsc.br/files/2014/10/a-governan%C3%A7a-dos-riscos-e-os-desafios-para-a-redefinicao-da-arena-publica-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 29 nov. 2023.

HEIDEMANN, Francisco G.; SALM, José Francisco (orgs.). **Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise.** Editora UnB, 2009.

HILL, Michael. Implementação: uma visão geral. *In*: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Introdução à teoria de política pública.** Brasília: ENAP, 2006 [E-book]. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254> . Acesso em: 18 nov. 2023.

HOCHMAN, Gilberto, ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (orgs.). **Políticas Públicas no Brasil.** Rio de Janeiro, RJ: Fiocruz, 2007.

HOCHMAN, Gilberto; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (orgs.). **Federalismo e políticas públicas no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2013.

HURLBERT, Margot *et al.* Risk Management and decision making in relation to sustainable development. *In*: Intergovernmental panel on climate change (IPCC). **Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems,** p. 673-800, 2019. Disponível em: http://ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/IPCCJ7230-Land_SM7_200226.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

INTERGOVERNMENTAL PANEL ON CLIMATE CHANGE (IPCC). **Climate Change 2022: Impacts, Adaptation and Vulnerability. Contribution of Working Group II to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change.** Cambridge: Cambridge University Press, 2022. Disponível em: <https://www.ipcc.ch/report/sixth-assessment-report-working-group-ii>. Acesso em: 30 nov. 2023.

INTERNATIONAL PANEL FOR CLIMATE CHANGE (IPCC). Summary for Policymakers. In. **Climate Change and Land: an IPCC special report on climate change, desertification, land degradation, sustainable land management, food security, and greenhouse gas fluxes in terrestrial ecosystems.** 2019. Disponível em: https://www.ipcc.ch/site/assets/uploads/sites/4/2020/02/SPM_Updated-Jan20.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

JESUS, Likem Edson Silva de; OLIVEIRA, Carolina Bessa Ferreira de. O papel do direito na análise de políticas públicas: um debate interdisciplinar. In: CARNEIRO, Ana *et al.* **Estado e sociedade sob olhares interdisciplinares: experiências participativas, disputas narrativas, território e democracia.** Salvador: EDUFBA, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/bitstream/ri/33160/1/estado-sociedade-sob-olhares-interdisciplinares-RI.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2023.

JORDÃO, Eduardo Ferreira. Por mais realismo no controle da Administração Pública. In: JORDÃO, Eduardo Ferreira. **Estudos antirromânticos sobre controle da Administração Pública.** São Paulo: Editora JusPodium – Malheiros Editores, 2022.

KINGDON, John. Como chega a hora de uma idéia? In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Introdução à teoria de política pública.** Brasília: ENAP, 2006 [E-book]. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>. Acesso em: 18 nov. 2023.

KINGDON, John. Juntando as coisas. In: SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete (orgs.). **Introdução à teoria de política pública.** Brasília: ENAP, 2006 [E-book]. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/1254>. Acesso em: 18 nov. 2023.

LIMA, Luciana Leite; RODRIGUES, Maria Isabel Araújo (orgs.). **Campo de Públicas em ação: coletânea em teoria e gestão de políticas públicas.** Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2017. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/170091>. Acesso em: 29 nov. 2023.

LIMA, Luciana; SCHABBACH, Letícia (orgs.). **Políticas públicas: questões teórico-metodológicas emergentes** [recurso eletrônico]. Porto Alegre: Editora da UFRGS/CEGOV, 2020. Disponível em:

<https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/212697>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LIMA, Luciana Leite; STEFFEN, Mariana; D'ASCENZI, Luciano. **Políticas Públicas. In: Lima, Luciana Leite, D'ascenzi, Luciano (orgs.). Políticas Públicas, gestão urbana e desenvolvimento local.** Porto Alegre: Metamorfose, 2018.

Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/handle/10183/174972>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LIMA, Vinicius de Melo; COSTA, Marcelo Cacinotti (orgs.). **Direitos sociais e narrativas processuais: o policentrismo decisório na democracia brasileira.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

LOTTA, Gabriela. O papel das burocracias do nível da rua na implementação de políticas públicas: entre o controle e a discricionariedade. *In: FARIA, Carlos Aurélio Pimenta de (org). Implementação de Políticas Públicas: teoria e prática.* Belo Horizonte, Brasil: PUCMINAS, 2012.

LOTTA, Gabriela (org.). **Teoria e análises sobre implantação de políticas públicas no Brasil.** Brasília: Enap, 2019. Disponível em:

<https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/4162> . Acesso em: 01 dez. 2023.

MACHADO, Máira Rocha (org.). **Pesquisar empiricamente o direito.** São Paulo: Rede de Estudos Empíricos em Direito, 2017. Disponível em:

<https://reedpesquisa.org/wp-content/uploads/2019/04/MACHADO-Mai%CC%81ra-org.-Pesquisar-empiricamente-o-direito.pdf> . Acesso em: 04 dez. 2023.

MADEIRA, Ligia (org.). **Avaliação de Políticas Públicas.** Porto Alegre: UFRGS/CEGOV, 2014. Disponível em:

https://www.ufrgs.br/cegov/files/pub_37.pdf Acesso em: 01 dez. 2023.

MAFFINI, Rafael; RAMOS, Rafael (orgs.). **Nova LINDB: consequencialismo, deferência judicial, motivação e responsabilidade do gestor público.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

MELO, Marcos André. Estado, governo e políticas públicas. *In*: MICELI, S. (org.). **O que ler na Ciência Social brasileira (1970-1995)**: ciência política. São Paulo, Brasília: Sumaré; Anpocs; Capes, v. 3, pp.59-100, 1999.

MENDES, Conrado Hübner. O Supremo Tribunal Federal e a judicialização de políticas públicas. *In*: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org). **Judicialização de políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

MOREIRA, Thiago de Miranda Queiroz. Defensoria Pública e Judicialização: expectativas e desenvolvimento histórico. *In*: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org). **Judicialização de políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. Apontamentos sobre o controle judicial de políticas Públicas. *In*: FORTINI, Cristiana; ESTEVES, Júlio César dos Santos; DIAS, Maria Tereza Fonseca (orgs.). **Políticas Públicas**: possibilidades e limites. Belo Horizonte: Fórum, 2008.

MOTTA, Luiz Eduardo; MOTA, Maurício (orgs.). **O Estado Democrático de Direito em questão**: teorias críticas da judicialização da política, Rio de Janeiro, Elsevier, 2011.

NÓBREGA, Marcos. Orçamento. Eficiência e Performance Budget. *In*: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (coord.). **Orçamentos públicos e Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de. (org.) **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

OLIVEIRA, Vanessa Elias de; LOPES, Thais Fernanda. Judicialização do conflito ambiental-urbano: a política habitacional em áreas de preservação ambiental. *In*: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org). **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

PALUMBO, Dennis A abordagem de política pública para o desenvolvimento político na América. *In*: SOUZA, Eda C. B. Machado de (org). **A avaliação e a formulação de políticas públicas em educação**: leituras complementares. Brasília: MEC/UnB, 1998.

PASTORINI, Alejandra *et al.* O campo das políticas públicas: diversidade de temas e perspectivas. *In*: PASTORINI, Alejandra; ALVES, Andrea Moraes;

GALIZIA, Silvina V. (org). **Estado e cidadania**: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

PAULA, Felipe de. O processo de elaboração normativa na nova agenda do ensino jurídico. *In*. BUCCI, Maria Paula Dallari; SOUZA, Rodrigo Pagani de (orgs.). **O ensino jurídico no bicentenário da independência** Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2022.

PETERS, Guy B.; PIERRE, Jon (orgs). **Administração pública**: coletânea. São Paulo e Brasília: ENAP, 2010.

PINHEIRO, Luís Felipe Valerim. **Rumo ao orçamento impositivo**: a delimitação da ação administrativa pelas leis orçamentárias. *In*: CONTI, José Maurício; SCAFF, Fernando Facury (coord.). **Orçamentos Públicos e Direito Financeiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2011.

PIRES, Roberto Rocha Coelho (org). **Implementando desigualdades**: reprodução de desigualdades na implementação de políticas públicas. Brasília, IPEA, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9323>. Acesso em: 28 nov. 2023.

PIRES, Roberto; LOTTA, Gabriela; OLIVEIRA, Vanessa Elias de (orgs.). **Burocracia e políticas públicas no Brasil**: interseções analíticas. Brasília: Ipea: Enap, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3247>. Acesso em: 29 nov. 2023.

REYES, Daniela Castanhar. Dinâmica socioeconômica e demandas sociais. *In*: REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). **A reforma esquecida**: orçamento, gestão pública e desenvolvimento. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

REZENDE, Fernando. Planejamento no Brasil: auge, declínio e caminhos para a reconstrução. *In*: CARDOSO JÚNIOR, José Celso (org.). **A reinvenção do planejamento governamental no Brasil**. Brasília: Ipea, 2011, p. 77. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/livros/livros/livro_dialogosdesenvolo4.pdf. Acesso em: 25 nov. 2020.

REZENDE, Fernando. Estado partido: comportamento das despesas públicas e da dinâmica socioeconômica na Nova República. *In*: REZENDE, Fernando; CUNHA, Armando (org.). **A reforma esquecida: orçamento, gestão pública e desenvolvimento**. São Paulo: FGV, 2013.

SADEK, Maria Tereza. O sistema de justiça. *In*: SADEK, Maria Tereza (org.). **O sistema de justiça** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010. Disponível em: <https://static.scielo.org/scielobooks/59fv5/pdf/sadek-9788579820397.pdf>. Acesso em: 30 jan. 2023.

SENHORAS, Elói Martins (org.). **As políticas públicas frente à transformação da sociedade**. Ponta Grossa, PR: Atena, 2020. Disponível em: <https://www.atenaeditora.com.br/catalogo/download-file/2521>. Acesso em: 01 dez. 2023.

SILVA, Fábio Sá e. [Desenho, contexto e qualidade deliberativa em conferências nacionais: uma análise dos debates e proposições sobre o sistema penitenciário na I Conferência Nacional de Segurança Pública – I Conseg.](#) *In*: INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS. **Brasil em Desenvolvimento: Estado, planejamento e políticas públicas – vol. 3**. Brasília: Ipea, 2010. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/participacao/images/pdfs/conseg.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

SILVA, Lucas Ambrózio Lopes da. Ciclo de políticas públicas e políticas educacionais. *In*: DANTAS, Humberto *et al.* (org.). **Ciência política e políticas de educação: conceitos e referências – Rio de Janeiro: Konrad Adenauer Stiftung, 2021 [e-book]**.

SILVA, Maria Magdala Vasconcelos de Araújo. Capitalismo e políticas sociais: o dilema da autonomia dos cidadãos e da defesa da universalidade dos direitos sociais. *In*: PASTORINI, Alejandra; ALVES, Andrea Moraes; GALIZIA, Silvina V. (org.). **Estado e cidadania: reflexões sobre as políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2012.

SLOMSKI, Valmor; PERES, Úrsula Dias. As despesas públicas no orçamento: gasto público eficiente e a modernização da gestão pública. *In*: CONTI, José Maurício; SOUZA, Adriane Mônica Oliveira. **Auditoria em programas governamentais e experiência do Tribunal de Contas do Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SOARES, Fabiana de Menezes; ASSUNÇÃO, Linara Oeiras. A qualidade da lei no contexto do desenvolvimento. Desafios para o Brasil do séc. XXI. *In*: CARDOSO JUNIOR, José Celso (org.) **Planejamento Brasil século XXI: inovação**

institucional e refundação administrativa – elementos para o pensar e o agir.

Brasília: IPEA, 2015. Disponível em:

https://portalantigo.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livros/16053_o_livro_planejamento_brasil_sec_xxi.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

SOUSA, Otávio Augusto Venturini. Processo administrativo e desenho institucional da política de medicamentos. *In*: BUCCI, Maria Paula Dallari; DUARTE, Clarice Seixas. **Judicialização da saúde**: visão do Poder Executivo. São Paulo: Saraiva, 2017.

SOUZA, Celina. Estado da arte da pesquisa em políticas públicas. *In*: HOCHMAN, Gilberto; ARRETCHE, Marta; MARQUES, Eduardo (org.). **Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2007.

SOUZA, Strauss Vidrich de; IFANGER, Fernanda Carolina de Araujo. Política criminal: uma política pública relativa à matéria criminal. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 13, n. 1. p. 292–305, 2023. Disponível em <http://doi.org/10.5102/rbpp.v13i1.8840>. Acesso em: 03.dez. 2023.

SOUZA NETO, Claudio Pereira de. A justiciabilidade dos Direitos Sociais: críticas e parâmetros. *In*: SARMENTO, Daniel (org.). **Direitos sociais**: fundamentos, judicialização e direitos sociais em espécie. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Função administrativa e orçamento: o espaço negligenciado de efetividade de direitos sociais. *In*: GUERRA, Sérgio; FERREIRA JUNIOR, Celso Rodrigues (coords.). **Direito Administrativo**: estudos em homenagem ao Professor Marcos Juruena Villela Souto. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. A Constituição como sistema: retomando uma premissa à efetividade. *In*: FERRARI, Sérgio; MENDONÇA, José Vicente (org.). **Direito em Público: Homenagem ao Professor Paulo Braga Galvão**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2016.

VALLE, Vanice Regina Lírio do Valle. Demandas derivadas e ampliação do núcleo essencial do direito à moradia: deferência como critério judicial de solução. *In*: VIEIRA, José Ribas; CAMARGO, Margarida Maria Lacombe; SGANZELA, Rogerio Barros (orgs.). **Direitos fundamentais e jurisdição constitucional**. 1ed. Belo Horizonte: Editora Forum, 2016, v. 1, p. 182–208.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Internalização do risco como componente indissociável da ação estatal: um novíssimo paradigma do direito administrativo. In: ZOCKUN, Maurício; GABARDO, Emerson (coords.). **O direito administrativo do pós-crise** [recurso eletrônico]. Curitiba: Íthala, 2021. Disponível em: <https://rcl.adv.br/site/wp-content/uploads/2021/11/2021.-Direito-Administrativo-P%C3%B3s-Crise.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Administração Pública, viés algorítmico e desvio de finalidade: existe conciliação possível? In: ZOCKUN, Maurício; GABARDO, Maurício (orgs.). **Direito administrativo e inovação: crises e soluções**. Curitiba: Íthala, 2022. Disponível em: https://www.academia.edu/89795953/Administra%C3%A7%C3%A3o_P%C3%BAblica_vi%C3%AAs_algor%C3%ADtmico_e_desvio_de_finalidade_existe_concilia%C3%A7%C3%A3o_poss%C3%ADvel. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Direito administrativo organizativo e políticas públicas. In CASIMIRO, Matheus e CUNHA, Eduarda (org.). **Direito e política. Um diálogo possível?** Londrina, Paraná: Thoth Editora, 2023, p.237-254.

VIANNA, Luiz Werneck; BURGOS, Marcelo. Revolução processual do direito e democracia progressiva. In: VIANNA, Luiz Werneck (org.). **A democracia e os três poderes no Brasil**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ/FAPERJ, 2002.

VIEIRA, Artur Alves Pinho. O orçamento como instituto concretizador dos direitos fundamentais sociais. In: DOMINGUES, José Marcos (org.). **Direito financeiro e políticas públicas**. 1. ed. Rio de Janeiro: LMJ Mundo Jurídico, 2015.

VITORELLI, Edilson. Litígios estruturais: decisão e implementação de mudanças socialmente relevantes pela via do processo. In: JOBIM, Marco Félix; ARANHART, Sérgio Cruz. **Processos Estruturais**. Salvador: Juspodivm, 2017.

XIMENES, Salomão Barros; SILVEIRA, Adriana Dragone. Judicialização da Educação: caracterização e crítica. In: OLIVEIRA, Vanessa Elias de (org.). **Judicialização de Políticas Públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2019.

ZANETI JÚNIOR, Hermes. A teoria da separação de poderes e o Estado Democrático Constitucional: funções de governo e funções de garantia. In: GRINOVER, Ada Pellegrini; WATANABE, Kazuo (coords.). **O controle jurisdicional das políticas públicas**. Rio de Janeiro: Forense, 2011.

Parte 3 – Obras de autoria única

ABRAHAM, Marcus. **Governança fiscal e sustentabilidade financeira**. Prefácio de João Ricardo Catarino. Belo Horizonte: Fórum, 2019.

ADRI, Renata Porto. **O planejamento da atividade econômica como dever do Estado**. Belo Horizonte: Fórum, 2010.

ALMEIDA, Beatriz Monzillo de. **O controle judicial de atos normativos da Anvisa à luz do princípio da deferência**: um estudo de caso. 1 ed. Curitiba, PR: CRV, 2014.

AMORIM, Victor Aguiar Jardim de. **A dinâmica decisória no processo legislativo brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

APPIO, Eduardo. **Controle judicial de políticas públicas no Brasil**. Curitiba: Juruá Editora, 2005.

ARANTES, Rogério Bastos. **Judiciário e políticas no Brasil**. São Paulo: Idesp/Sumaré, 1997.

ARANTES, Rogério Bastos. **Ministério Público e política no Brasil**. São Paulo: Educ-Sumaré, 2002.

ARAÚJO, Alexandra Fuchs de. **Políticas públicas, Poder Judiciário e o direito à moradia**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

ARRETCHE, Marta Teresa da Silva. **Democracia, federalismo e centralização no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV/Fiocruz, 2012.

ARRUDA NETO, Pedro Thomé. **Direito das políticas públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

ASENSI, Felipe Dutra. **Indo além da judicialização**: O Ministério Público e a saúde no Brasil. Rio de Janeiro: Escola de Direito do Rio de Janeiro da Fundação Getúlio Vargas, Centro de Justiça e Sociedade, 2010.

ASSIS, Luiz Gustavo Bambini de. **Processo legislativo e orçamento público**. São Paulo: Saraiva, 2012.

AZEVEDO, Janete Lins. **Educação como política pública**. São Paulo: Autores Associados, 1997.

BADIN, Arthur Sanchez. **Controle judicial das políticas públicas: contribuição ao estudo do tema da judicialização da política pela abordagem da análise institucional comparada de Neil K. Komesar**. São Paulo: Malheiros Editores, 2013.

BANCAUD, Alain. **La haute magistrature judiciaire entre politique et sacerdoce ou le culte des vertus moyennes**. Paris: LGDJ, 1993.

BARBUGIANI, Fernando Augusto Sormani. **As recomendações administrativas do Ministério Público como instrumento de prevenção e solução de conflitos transindividuais**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

BARROS, Marcus Aurélio de Freitas; CRESPO, Victória Rincon Machado Mourão. **As políticas públicas e os desafios da tutela judicial no Brasil em tempos de constitucionalismo e globalização**, 1. ed. Curitiba: Brazil Publishing, 2021.

BARROS, Marcus Aurélio de Freitas. **Dos litígios aos processos coletivos estruturais: novos horizontes para a tutela coletiva brasileira**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021.

BARROSO, Luís Roberto. **A judicialização da vida e o papel do Supremo Tribunal Federal**. Belo Horizonte: Fórum, 2021.

BEATTY, David M. **A essência do Estado de Direito**; tradução de Ana Aguiar Cotrim; revisão de tradução de Lenita Ananias do Nascimento. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

BERCOVICI, Gilberto. **Constituição econômica e desenvolvimento: uma leitura a partir da Constituição de 1988**. São Paulo: Malheiros, 2005.

BERCOVICI, Gilberto. **Soberania e Constituição: para uma crítica do constitucionalismo**. São Paulo: Quartier Latin, 2008.

BEZERRA, Gisele Gomes. **Conselho Nacional de Educação: Desenho jurídico-institucional da participação social**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

BEZERRA FILHO, João Eudes. **Orçamento aplicado ao setor público: abordagem simples e objetiva.** Atualizada com a Constituição Federal, Lei n. 4.320/64, LRF e Portarias da Sof/MCASP. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2013.

BICHIR, Renata Mirandola. **Capacidades estatais para a implementação de programas de transferência de renda: os casos de Brasil, Argentina e África do Sul.** Textos para discussão n. 2032, Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2015. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/3656/1/td_2032.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

BINENBOJM, Gustavo. **Uma teoria do Direito Administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização.** 3a. ed. Rio de Janeiro: Renovar, 2014.

BITENCOURT, Caroline Müller. **Controle jurisdicional de políticas públicas.** Porto Alegre: Núria Fabris Ed., 2013.

BITENCOURT, Caroline Muller.; RECK, Janriê. **O Brasil em crise e a resposta das políticas públicas.** Curitiba: Íthala, 2021.

BITTENCOURT NETO, Eurico. **Concertação administrativa interorgânica: direito administrativo e organização no século XXI.** Lisboa: Almedina, 2017.

BONELLI, Maria da Glória. **Profissionalismo e política no mundo do Direito: as relações dos advogados, desembargadores, procuradores de justiça e delegados de polícia com o Estado.** São Carlos: EdUFSCar; Sumaré; Fapesp, 2022.

BOURCIER, Danièle; BOULET, Romain; MAZZEGA, Pierre. **Politiques publiques, systèmes complexes.** 2012. Paris: Hermann Éditeurs.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República; Ministério da Transparência; Controladoria-Geral da União; Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão; Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **Avaliação de políticas públicas: Guia prático de análise *ex post*, volume 2.** Brasília: Casa Civil da Presidência da República, 2018. Disponível em <https://www.gov.br/casacivil/pt-br/centrais-de-conteudo/downloads/guiaexpost.pdf/view>. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. **Convenção-quadro das Nações Unidas sobre mudança do clima** (UNFCCC). Acordo de Paris. [S. l.]: MCTIC, 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mcti/pt-br/acompanhe-o-mcti/sirene/publicacoes/acordo-de-paris-e-ndc/arquivos/pdf/acordo_paris.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise *ex ante***, v. 1. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8285>. Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Avaliação de Políticas Públicas: Guia prático de análise *ex post***, v. 2. Brasília: Ipea, 2018. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/8853>. Acesso em: Acesso em: 01 dez. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial para avaliação de governança em políticas públicas**. Brasília: TCU, 2014. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/16/Bo/CB/52/F8488710D5D7F787E18818A8/Referencial%20para%20Avalia%C3%A7%C3%A3o%20de%20Governan%C3%A7a_web.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Referencial de controle de políticas públicas**. Brasília: TCU, Secretaria de Controle Externo do Desenvolvimento Econômico (SecexDesenvolvimento), Secretaria de Métodos e Suporte ao Controle Externo (Semec) e Secretaria de Macroavaliação Governamental (Semag), 2020. Disponível em: https://portal.tcu.gov.br/data/files/EF/22/A4/9A/235EC710D79E7EB7F18818A8/1/Referencial_controle_politicas_publicas.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Direito administrativo e políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2002.

BUCCI, Maria Paula Dallari. **Fundamentos para uma teoria jurídica das políticas públicas**, 2. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2021.

BUHLER, Alex Pereira. **Orçamento público brasileiro: um estudo sobre o porquê ele não é cumprido**, 2014. Edição Kindle (*e-book*).

CAMARGO, Ricardo Antônio Lucas. **Constituição econômica, conflitos de interesses e conceitos**. Porto Alegre: Sergio Antônio Fabris Ed., 2015.

CAPELA, Ana Cláudia Niedhardt. **Formulação de políticas públicas**. Brasília, DF: ENAP, 2017. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3332/1/Livro_Formula%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%BAblicas.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

CAPPELLETTI, Mauro. **Juízes legisladores?** Porto Alegre: Sérgio Antônio Fabris, 1999.

CANELA JUNIOR, Osvaldo. **Controle judicial de políticas públicas**. São Paulo: Saraiva, 2011.

CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Estado, planejamento, gestão e desenvolvimento** – Balanço da experiência brasileira e desafios no século XXI. Chile: Nações Unidas, 2014.

CARLOS, Euzeneia; OLIVEIRA, Osmany; ROMÃO, Wagner. **Sociedade civil e políticas públicas no Brasil contemporâneo**. Chapecó: Argos, 2014.

CARLOS NETO, Daniel. **Judicialização da saúde pública: uma análise contextualizada**. 2. ed. rev. amp. Porto Velho, RO: Editora Motres, 2018.

CARVALHAES, Andréia Schneider Nunes. **Decisão judicial de políticas públicas: limites, controle e medidas judiciais**. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.

CARVALHO, José Murilo. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 27a edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2021.

CASTELLS, Manuel. **Hacia el estado red. Globalizacion economica e instituciones políticas en la era de la información**. Palestra apresentada no Seminário sobre “Sociedade e reforma do estado”, organizado pelo Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado, República Federativa do Brasil. São Paulo, p. 1-14 (mimeo), 1998.

CASTRO, Carmem Lúcia Freitas de; GONTIJO, Cynthia Rúbia Braga; PINTO, Luciana Moraes Raso Sardinha. **Dicionário de políticas públicas**. Belo Horizonte: UEMG; Barbacena: EdUEMG, 2015.

CASTRO, Vinícius. **Constitucionalismo e direito à saúde: o mal-estar do ativismo judicial**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

CAZELLI, Vinícius Ribeiro. **Limites à judicialização das políticas públicas de saúde**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

CERQUEIRA, Bruno; MOREIRA, Lúcia Vaz de Campos. **A paternidade nas políticas públicas brasileiras**. Disponível em: <http://ri.ucsal.br:8080/jspui/bitstream/prefix/4148/1/A%20paternidade%20nas%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas%20brasileiras.pdf>. Acesso em: 21 set. 2022.

CHEQUER, Cláudio. **O Ministério Público e a promoção dos direitos fundamentais nas relações privadas**. 2. edição. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

CHRISPINO, Álvaro. **Introdução ao estudo das políticas públicas: uma visão interdisciplinar e contextualizada**. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.

COHEN, Ernesto; FRANCO, Rolando. **Avaliação de projetos sociais**. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2011.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS – CNM. **Guia para Integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos Municípios Brasileiros – Gestão 2017-2020**. Brasília, DF: CNM, 2017. Disponível em: <https://www.cnm.org.br/biblioteca/exibe/2855>. Acesso em: 30 nov. 2023.

COSTA, André Luiz Batista da. **Judicialização das Políticas Públicas de Saúde no Brasil: Interferências judicial indevida ou consequência da má gestão?** Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

COSTA, Gustavo Vidigal. **O planejamento do estado e o papel fiscalizatório dos tribunais de contas**. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2015.

COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *In*: COUTINHO, Carlos Nelson. **A democracia como valor universal e outros ensaios**, 2. ed. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.

COUTO, Leandro Freitas; CARDOSO JUNIOR, José Celso. **Governança orçamentária: transformações e lacunas nas práticas de planejamento e orçamento no Brasil**. Boletim de Análise Político-Institucional. n. 19, dezembro 2018. Disponível em:

https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/8971/1/bapi_19_cap_10.pdf.

Acesso em: 27 nov. 2023.

CURADO, Lúcio Mauro Carloni Fleury. **A efetivação não judicial de direitos sociais**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

DAHER, Lenna Luciana Nunes. **Ministério Público Resolutivo e o tratamento adequado dos litígios estruturais**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021.

DAMERI, Renata Paola. **Smart City Implementation: Creating Economic and Public Value in Innovative Urban Systems**. Cham: Springer, 2017.

DELAPIEVE, Thales Borges. **Direitos fundamentais, ativismo judicial e hermenêutica jurídica: reflexões acerca das limitações aos direitos fundamentais operadas por força de decisões judiciais**. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

DELGADO, Mauricio Godinho; PORTO, Lorena Vasconcelos (org.). **Welfare State: os grandes desafios do estado de bem-estar social**. São Paulo: LTr, 2019.

DEUBEL, Andre-Noel Roth. **Políticas públicas: formulación, implementación y evaluación**. Bogotá, Colômbia: Ediciones Aurora, 2002.

DIAS, Jean Carlos. **O controle judicial de políticas públicas**. 2 ed. rev. atual. e ampl. Salvador: JusPodivm, 2016.

DIAS, Jean Carlos; BRITO FILHO, José Cláudio Monteiro de; ARAÚJO, José Henrique Mouta. **Concretização dos direitos fundamentais e sua fundamentação: abordagens a partir da teoria do processo, da análise econômica e das teorias da justiça**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2017.

DIAS, Reinaldo; MATOS, Fernanda. **Políticas públicas: princípios, propósitos e processos**-1 ed. -São Paulo: Atlas, 2019.

DINIZ, Raimundo Nonato Pereira. **A ineficiência da execução fiscal como situação-problema na abordagem Direito e Política Pública**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

DYE, Thomas R. **The policy analysis**. Alabama: The University of Alabama Press, 1976.

- EASTON, David. **The political system**. New York: Willey, 1953.
- EASTON, David. **A System Analysis of Political Life**. New York: Wiley, 1965.
- EASTON, David. **Uma teoria de análise política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- ENGELMANN, Fabiano. **Sociologia do campo jurídico: juristas e usos do Direito**. Porto Alegre: Sergio Antonio Fabris Editor, 2006.
- EPSTEIN, Lee. **Pesquisa empírica em direito: as regras de inferência**. Vários Tradutores. São Paulo: Direito GV, 2013.
- EPSTEIN, Lee; KNIGHT, Jack. **The choices justices make**. Washington: Congressional Quaterly, 1998.
- ESPING-ANDERSEN, Gosta. **The three worlds of welfare capitalism**. Cambridge: Polity, 1990.
- FAVACHO, Frederico. **O papel do Direito em “Uma Teoria da Justiça” de John Rawls**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- FÉLIX, Marcos. **Ativismo judicial: remédio ou veneno para a Democracia?** São Paulo: Editora Dialética, 2022.
- FERREIRA, Francisco Gilney Bezerra de Carvalho. **Orçamento público e separação de poderes no Estado Constitucional Democrático Brasileiro**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.
- FERRI, Carlos Alberto. **O controle judicial de políticas públicas como instrumento garantidor de direitos fundamentais**. Curitiba: CRV, 2019.
- FONTE, Felipe de Melo. **Políticas públicas e direitos fundamentais**. São Paulo: Saraiva, 2013.
- FONSECA, Mário Amorim da. **O controle judicial de políticas públicas para efetivação dos direitos fundamentais sociais**. São Paulo: Lexia, 2011.
- FREITAS, Juarez. **Direito fundamental à boa administração pública**. São Paulo: Malheiros, 2014.

- FRISCHEISEN, Luiza Cristina. **Políticas públicas: a responsabilidade do administrador e o Ministério Público**. São Paulo: Max Limonad, 2000.
- GAMBA, Giovanna Maísa. **Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à lavagem de dinheiro**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.
- GARCIA, Emerson; ALVES, Rogério Pacheco. **Improbidade administrativa**. 7 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
- GIACOMONI, James. **Orçamento público**. 17 ed. Revista e atualizada. São Paulo: Atlas, 2017. Edição Kindle (*e-book*).
- GEHL, Jan. **Cidades para pessoas**. Tradução Anita Di Marco. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- GOMES, Alfredo Macedo (org.) **Políticas públicas e gestão da educação**. Campinas, SP: Mercado das Letras, 2011.
- GOMES, Gustavo de Mendonça. **Políticas públicas no estado contemporâneo e controle jurisdicional: base legal e elementos formadores**. Curitiba: Juruá, 2015.
- GOMES NETO, José Mário Wanderley; BARBOSA, Luis Felipe Andrade; PAULA FILHO, Alexandre Moura Alves de. **O que nos dizem os dados? Uma introdução à pesquisa jurídica quantitativa**. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2023.
- GOMIDE, Alexandre de Ávila, e PIRES, Roberto Rocha C. **Capacidades estatais e democracia: a abordagem dos arranjos institucionais para análise de políticas públicas**. Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: https://web.bndes.gov.br/bib/jspui/bitstream/1408/13999/2/Capacidades%20estatais%20e%20democracia arranjos%20institucionais%20de%20pol%c3%adticas%20p%c3%ablicas_P_BD.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.
- GOULART, Marcelo Pedroso. **Elementos para uma teoria geral do Ministério Público**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2021.
- GRAEFF, Caroline B. **Perspectivas sobre o governo judicial no Brasil: a construção institucional do CNJ**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2021.
- GRAU, Eros Roberto. **A ordem econômica na Constituição de 1988**. 13. ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2008.

GREGÓRIO, Giovanni Galvão Vilaça. **Judicialização da política e ativismo judicial: contornos democráticos da atuação do Judiciário.** São Paulo: Editora Dialética, 2022.

GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo. **O controle jurisdicional de políticas públicas.** 2. ed. Rio de Janeiro: GEN/Forense, 2013.

GRINOVER, Ada; WATANABE, Kazuo; COSTA, Susana Henriques da. **O processo para solução de conflitos de interesse público.** Salvador: JusPodium, 2017.

GROSS, Alexandre Felix. **Desigualdade de acesso à saúde e as consequências redistributivas da judicialização.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2000.

HADDAD, Frederico. **O direito à rua.** Belo Horizonte: Fórum, 2023.

HOLMES, Stephen; SUNSTEIN, Cass. **O custo dos direitos: porque a liberdade depende dos impostos.** São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2019.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M; PERL, Anthony. **Política pública: seus ciclos e subsistemas - uma abordagem integral.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

HOROWITZ, Donald. L. **The Courts and Social Policy.** Washington: The Brookings Institution, 1977.

HÜNING, Agnes Carolina. **Ativismo judicial e cidadania: das concessões ao retrocesso.** Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2019.

IARISZESKI, Cristina Elena Bernardi. **O controle do orçamento público como instrumentos de responsabilidade fiscal e probidade administrativa: a defesa da democracia, a proteção do estado democrático de direito e a conservação do bem coletivo.** Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

INATOMI, Celly Cook. **As análises políticas sobre o Poder Judiciário: lições da ciência política norte-americana.** Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2020.

ISRAEL, Liora. **L'arme du droit.** Paris: Presses Sciences Po, 2009.

JAPIASSU, Hilton. **Interdisciplinaridade e patologia do saber.** Rio de Janeiro, Imago, 1976.

JELLINEK, Georg. **Teoría General del Estado**. Montevideo–Buenos Aires: Julio Cesar Faira, Editor, 2005.

JOPPERT, Márcia Paterno; SILVA, Rogério Renato. **Guia Metodológico para Monitoramento e Avaliação Participativa de Ações Municipais**. Brasília: CNM/Pnud, 2012. Disponível em:
<https://www.cnm.org.br/storage/biblioteca/Guia%20de%20Monitoramento%20e%20Forma%C3%A7%C3%A3o%20%282012%29.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

JUNQUEIRA, Eliane Botelho. **A sociologia do direito no Brasil**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 1993.

KEINERT, Tânia Margarete Mezzomo. **Administração Pública no Brasil: crises e mudanças de paradigmas**. São Paulo, SP: FAPESP, 2000.

KERCHE, Fábio. **Virtude e Limites: Autonomia e Atribuições do Ministério Público no Brasil**. São Paulo, Edusp, 2009.

KINGDON, John W.; THURBER, James A. **Agendas, alternatives, and public policies**. Boston: Little, Brown, 1984.

KOERNER, Andrei. **Judiciário e cidadania na Constituição da República Brasileira**. São Paulo: Hictec; USP, 1998.

KRAFT, Michael E.; FURLONG, Scott R. **Public policy: politics, analysis and alternatives**. 4. ed. Thousand Oaks, Estados Unidos da América: Sage. 2013.

KOGA, Natália Massaco *et al.* **Instrumentos de políticas públicas para o enfrentamento do vírus da Covid-19: uma análise dos normativos produzidos pelo executivo federal**. Nota Técnica n. 31. Rio de Janeiro: Diretoria de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em:
<https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-1102011> . Acesso em: 01 dez. 2023.

KRAUSE, Cleandro. **Modelo lógico para análise de políticas públicas em perspectiva histórica**. Texto para discussão n. 2572. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2020. Disponível em:
https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10125/1/td_2572.pdf. Acesso em: 30 dez. 2023.

LAMARÃO NETO, Homero. **Judicialização da saúde**: o indivíduo e a sociedade de cooperação. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

LASSANCE, Antonio. **Análise ex ante de políticas públicas**: Fundamentos teórico-conceituais e orientações metodológicas para a sua aplicação prática. Texto para discussão. Brasília e Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em <http://dx.doi.org/10.38116/td2817>. Acesso em: 30 nov. 2023.

LEITE, Danielle Vignoli Guzella Leite. **A representatividade do Ministério Público em demandas estruturais por políticas públicas**: possível parâmetro em sua atuação – previa e extrajudicial – de oitiva responsiva de pessoas e comunidades representadas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

LEITE, Ivan Corrêa. **Judicialização da saúde**: impactos legais e orçamentários das decisões judiciais concessivas de medicamentos em Mato Grosso do Sul. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

LEITE, Vanessa Gomes. **Saúde em juízo**: o excess do Judiciário e a escassez de leitos de UTI no estado do Ceará. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

LEJANO, Raul P. **Frameworks for policy analysis**: Merging text and context. Routledge, 2006.

LEONI, Fernanda. **O papel do Tribunal de Contas da União no ciclo de políticas públicas**: um estudo sobre o Programa Universidade para Todos (ProUni). São Paulo: Editora Dialética, 2021.

LIBERAL, José Roberto Bernardi. **Intervenção jurisdicional nas políticas públicas**. Salvador: Editora JusPodivm, 2018.

LIBERATI, Wilson Donizeti. **Políticas públicas no Estado constitucional**. São Paulo: Atlas, 2013.

LINDBLOM, Charles Edward. **O processo de decisão política**. Ed. Univ. Brasília, 1981.

LOCHAGIN, Gabriel Loretto. **A execução do orçamento público**: Flexibilidade e orçamento impositivo (Direito Financeiro). São Paulo: Blucher, 2016. Edição Kindle (*e-book*).

LOPES JUNIOR, Eduardo Monteiro. **A judicialização da política no Brasil e o TCU**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MACÊDO, Marcus Paulo Queiroz. **A teoria crítica, o uso emancipatório do direito e o Ministério Público Brasileiro**. Belo Horizonte, São Paulo: D'Plácido, 2020.

MACIEL, Omar Serva. **Princípio de subsidiariedade e jurisdição constitucional**. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004.

MARSHALL, Thomas Humphrey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTINEZ, Vinício Carrilho. **O conceito de Carta Política na Constituição Federal de 1988: freios político-jurídicos ao Estado de não-Direito**. Londrina, Thoth, 2021.

MARQUES, Eduardo; FARIA, Carlos Aurélio Pimenta. **A Política Pública como Campo Multidisciplinar**. São Paulo: UNESP, 2013.

MATIAS-PEREIRA, José. **Finanças públicas: a política orçamentária no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MAURICÍO JUNIOR, Alceu. **A revisão judicial das escolhas orçamentárias: a intervenção judicial em políticas públicas**. Belo Horizonte: Fórum, 2009.

MAZZILI, Hugo Nigro. **Regime Jurídico do Ministério Público**. São Paulo: Saraiva, 1996.

MAZZUCATO, Mariana. **O estado empreendedor: desmascarando o mito do setor público vs. setor privado**; tradução Elvira Serapicos. 1. Ed. São Paulo: Portfólio-Penguin, 2014.

MEDEIROS, Honório de. **Poder político e Direito: a instrumentalização política da interpretação jurídica constitucional**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

MEDEIROS JUNIOR, Leonardo. **Processo estrutural consequencialista: a intervenção judicial em políticas públicas**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

MEDÍRCIO, Marco Antônio Nicolato. **Judicialização da política, razão pública e democracia**: a impossibilidade de uma resposta institucional ao ativismo judicial. São Paulo: Editora Dialética, 2021.

MEIRELES, Ivson Antonio de Souza. **Poder Judiciário e Administração Pública**: reconstrução de parâmetros para a concretização dos Direitos Fundamentais por meio de Políticas Públicas. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2017.

MELLO, Célia Cunha. **O fomento da administração pública**. Belo Horizonte: Del Rey, 2003.

MENICUCCI, Telma; GOMES, Sandra. **Políticas sociais**: conceitos, trajetórias e a experiência brasileira. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2018.

MENEGUIN, Fernando B.; ÁVILA, Flávia. Economia comportamental aplicada a políticas públicas. *In*: ÁVILA, Flavia; BIANCHI, Ana Maria. **Guia de economia comportamental e experimental**. Tradução Laura Teixeira Motta e Paulo Futagawa. São Paulo: Economia Comportamental.org, 2015.

MILESKI, Hélio Saul. **O controle da gestão pública**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2003.

MINDLIN, Betty. **Planejamento no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

MONTEIRO, Jorge Vianna. **Como funciona o governo**: escolhas públicas na democracia representativa. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.

MORAES, Maria Cândida. **O paradigma educacional emergente**. São Paulo: Papirus, 2002.

MOREIRA NETO, Diogo de Figueiredo. **Novas mutações juspolíticas**. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

MORENO, Pedro T. Nevado-Batalla. **Adoção e controle de decisões públicas**: Integridade e legitimação institucional pelo acerto. Florianópolis: Editora Habitus, 2022.

MOTTA, Fabrício; NOHARA, Irene Patrícia. **LINDB no Direito Público**: Lei 13.655/2018. São Paulo: Thompson Reuters Brasil, 2019.

MOURÃO, Licurgo; FERREIRA, Diogo Ribeiro; PIANCASTELLI, Sílvia Motta. **Controle democrático da administração pública**. Prefácio de Jorge Ulisses Jacoby Fernandes. Belo Horizonte: Fórum, 2017.

MULLER, Pierre. **As políticas públicas**. Tradução: Carla Vicentini. Niterói: EdUFF, 2018.

MULLER, Pierre; SUREL, Yves. **L'analyse des politiques publiques**. Paris: Montchrestien, 1998.

NOBRE JUNIOR, Edilson Pereira. **Ativismo judicial e direitos sociais**. São Paulo: Editora Juspodivum, 2022.

NUNES, Marcelo Guedes. **Jurimetria: como a estatística pode reinventar o Direito**. 2 ed. rev. atual. São Paulo: Thomson Reuters Brasil, 2019.

NUSDEO, Ana Maria. **Pagamento por serviços ambientais: sustentabilidade e disciplina jurídica**. São Paulo, Atlas, 2012.

OLIVEIRA, Teófilo Amorim Chagas de. **O Poder Judiciário e as políticas públicas sociais: a intervenção em busca da eficiência**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

OLIVEIRA, Flávio Antonio de. **O papel da defensoria pública na implementação do direito fundamental à saúde: aspectos sobre o controle da inércia do administrador e a caracterização de ato de improbidade administrativa**. Curitiba: Brazil Publishing, 2019.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Convenção-Quadro sobre Mudanças Climáticas (Cúpula da Terra)**, 1992. Texto definitivo de 14 de junho de 1992. Versão original disponível em: <https://digitalibrary.un.org/record/170824?ln=en>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/wp-content/uploads/2015/10/agenda2030-pt-br.pdf>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Integrating Human Rights into Development: Donor Approaches, Experiences, and Challenges**, 2. ed. Washington DC: World Bank / OECD, 2013.

Disponível em: https://www.oecd-ilibrary.org/development/integrating-human-rights-into-development-2nd-edition_9789264202108-en. Acesso em: 30 nov. 2023.

OSUNA, José Luis *et al.* **Guía para la evaluación de políticas públicas**. Sevilla: Fundación Universitaria, 2000. Disponível em: <https://idus.us.es/bitstream/handle/11441/56449/Gu%C3%ADa%20evaluaci%C3%B3n%20pol%C3%ADticas.pdf>. Acesso em: 01 dez. 2023.

PAES, Nadinne Sales Callou Esmeraldo. **Acesso à justiça e pobreza: um recorte através da Defensoria Pública**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021

PAGIOLA, Stefano; VON GLEHN, Helena Carrascosa; TAFFARELLO, Denise (orgs.). **Experiências de pagamentos por serviços ambientais no Brasil**. São Paulo: SMA: CBRN, 2013. Disponível em: <https://www.researchgate.net/publication/262636429>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PASSOS, Daniel Silva. **Intervenção judicial nas políticas públicas: o problema da legitimidade**. São Paulo: Saraiva, 2014.

PAULA, Ana Paula Paes de. **Por uma nova gestão pública: limites e potencialidades da experiência contemporânea**. FGV Editora, 2005.

PENNA, Saulo Versiani. **Controle e implementação processual de políticas públicas no Brasil**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

PEREIRA, Elaine Lucio. **A judicialização do cotidiano: representações sobre o mito do juiz na resolução dos conflitos e a crise de alteridade contemporânea**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

PINTO, Élide Graziane. **Financiamento de direitos fundamentais: políticas públicas vinculadas, estabilização monetária e conflito distributivo no orçamento da União do pós-Plano Real**. Belo Horizonte: O Lutador, 2010.

PINTO, Élide Graziane. **Financiamento dos direitos à saúde e à educação: uma perspectiva constitucional**. Belo Horizonte: Fórum, 2015.

PINTO, Élide Graziane; SARLET, Ingo Wolfgang; PEREIRA JÚNIOR, Jessé Torres e OLIVEIRA, Odilon Cavallari. **Política pública e controle: um diálogo interdisciplinar em face da Lei 13.655/2018, que alterou a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro**. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2018.

PIRES, Luiz Manuel Fonseca. **Controle judicial da discricionariedade administrativa**: dos conceitos jurídicos indeterminados às políticas públicas. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013.

PIRES, Roberto Rocha Coelho. **Efetividade das instituições participativas no Brasil**: estratégias de avaliação. IPEA: Brasília, 2011. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/livro_dialogosdesenvolo7.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

PORFIRO, Camila Almeida. **Litígios estruturais: legitimidade democrática, procedimento e efetividade**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

RAYMUNDO, Gabriel Martinez. **O papel do Poder Judiciário na implementação de políticas públicas**: sob a ótica do acesso à ordem jurídica justa. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021.

RECK, Janriê Rodrigues. **O Direito das Políticas Públicas**: regime jurídico, agendamento, formulação, implementação, avaliação, judicialização e critérios de justiça. Belo Horizonte. Fórum, 2023.

RESENDE, Fabrício Contato Lopes. **O papel do Poder Judiciário no controle da implementação de políticas públicas no Brasil**: a política assistencial do artigo 20 da Lei n.º 8.742/93. Belo Horizonte: Fórum, 2014.

REZENDE, Maurício Corrêa de Moura. **Democratização do Poder Judiciário no Brasil**. São Paulo: Editora Contracorrente, 2018.

RIANI, Frederico Augusto d'Avila. **Orçamento impositivo**: quando a Lei orçamentária prevê despesas para concretizar imposições constitucionais, o gasto é obrigatório! Belo Horizonte: Editora Dialética, 2021. Edição Kindle (*e-book*).

RICO, Elizabeth Melo. **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

RIZZI, Ester Gammardella. **Revolução Mexicana**: o direito em tempos de transformação social. São Paulo: Outras Expressões, 2023.

ROCHA, Eduardo Moraes da. **O papel da jurisdição constitucional no controle das políticas restritivas de direitos sociais em tempos de crise**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2018.

ROCHA, Glenyo Cristiano. **Judicialização da política e efetivação de direitos fundamentais: sob a perspectiva da tutela da saúde**. Rio de Janeiro: Editora Lumen Juris, 2019.

RODRIGUES, Mara Maria Assumpção. **Governança, Qualidade da Democracia e Políticas Públicas: Teoria e Análise**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2018.

RODRIGUES, Ricardo Schneider. **Os Tribunais de Contas e o controle de políticas públicas**. Maceió: Viva, 2014.

ROMA, Zillá Oliva. **Tutela jurisdicional e direito à saúde: análise crítica da farmacização do Judiciário**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018.

ROSA, Júlia; LIMA, Luciana; AGUIAR, Rafael. **Políticas públicas: introdução**. Porto Alegre: Jacarta, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/223410/001127911.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30 nov. 2023.

ROSENBERG, G. **The Hollow hope: can courts bring about social change?** Chicago: The University of Chicago Press, 1992.

RUA, Maria das Graças; ROMANINI, Roberta. **Para Aprender Políticas Públicas: Conceitos e Teorias**. Brasília: IGEPP, v.1, 2013.

RUIZ, Isabela. **A construção jurídica do Sistema Único de Assistência Social**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

SABATIER, Paul, JENKINS-SMITH, Hank C. **Policy Change and learning: an advocacy coalition approach**. Westwview Press, 1993.

SABBAG, César de Moraes. **Orçamento e desenvolvimento: recurso público e dignidade humana: o desafio das políticas desenvolvimentistas**. Millennium: Campinas, 2007.

SADEK, Maria Tereza. **O Judiciário em Debate**. São Paulo: IDESP, Sumaré, 1995. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/82r9t/o2>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SADEK, Maria Tereza. **O Ministério Público e a Justiça no Brasil**. São Paulo: IDESP; Sumaré, 1997.

SALAMON, Lester M.; ELLIOT, Odus V. Elliott. **The tools of government: a guide to the new governance**. Oxford University Press, 2002.

SALES, Gabriela Azevedo Campos. **Estado social e federalismo**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

SALTO, Felipe; PELLEGRIN, Josué. IDP – **Linhas Administração e Políticas Públicas: Contas Públicas no Brasil**. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. Edição Kindle (*e-book*).

SANCHES, Oswaldo Maldonado. **Dicionário de orçamento, planejamento e áreas afins**. Brasília: Prisma, 1997.

SANTOS, Ana Borges Coêlho. **Direitos sociais pelo Poder Judiciário e seus reflexos em políticas públicas: uma perspectiva através das lides estruturais**. Belo Horizonte: Del Rey, 2019.

SANTOS, Bruna Barboza Correia dos. **Federalismo e judicialização da saúde pública: o comportamento do Supremo Tribunal Federal no julgamento dos conflitos federativos sobre políticas públicas de combate à Covid-19**. Recife: FASA, 2021.

SANTOS, Camila Perez Yeda Moreira dos. **Processo estrutural: controle jurisdicional de políticas públicas**. São Paulo: Almedina, 2021.

SANTOS, Fabiano; BORGES, Mariana. **Poder de agenda**. Brasília, DF: ENAP, 2018. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3336/1/Livro_Poder%20de%20agenda.pdf. Acesso em: 29 nov. 2023.

SANTOS, Josiane Soares. Elementos para entender a concepção e a gênese da “questão social”. In: SANTOS, Josiane Soares. **“Questão social”: particularidades no Brasil** (volume 6, pp. 25-47). São Paulo, Brasil: Cortez, 2012.

SANTOS, Priscilla *et al.* (orgs.). **Marco regulatório sobre pagamento por serviços ambientais no Brasil**. Belém: Imazon; FGV CVces, 2012. Disponível

em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/15355>. Acesso em: 30 nov. 2023.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SARAVIA, Enrique; FERRAREZI, Elisabete. **Introdução à teoria de política pública**. Brasília: ENAP, 2006 [E-book]. Disponível em: http://www.enap.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_view&gid=2857. Acesso em: 18 nov. 2023.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 10. ed. 2. tir. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2010.

SCAFF, Fernando Facury. **Orçamento Republicano e Liberdade Igual: Ensaio sobre o Direito Financeiro, República e Direitos Fundamentais no Brasil**. Prefácio de Régis Fernandes de Oliveira. Apresentação de Heleno Taveira Torres. Belo Horizonte: Fórum, 2020.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. São Paulo: Cengage Learning, 2010.

SECCHI, Leonardo. **Análise de Políticas Públicas: Diagnóstico de Problemas, Recomendação de Soluções**. São Paulo: Cengage Learning, 2016.

SECCHI, Leonardo; COELHO, Fernando de Souza; PIRES, Valdemir. **Políticas públicas: conceitos, categorias de análise, casos práticos**. 3. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2019.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. Trad. de Laura Teixeira Mota. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

SENA, Paulo. **Novo FUNDEB permanente: Comentários à Lei n. 14.113/2020**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

SHAPIRO, Martin; SWEET, Alec Stone. **On law, politics and judicialization**. New York: Oxford University Press, 2002.

SILVA, Marcelino José Piancó da. **Evolução do direito à saúde pública no Brasil: uma visão geral quanto aos fundamentos do Direito à Saúde, seus**

impactos financeiros, responsabilidade do Estado e o papel da Defensoria Pública para efetivação desse Direito. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

SILVA, Tacílio Alves da. **Supremo Tribunal Federal cidadão: uma análise da distribuição de cidadania constitucional pelo STF – o caso da Reclamação Constitucional 4.335**. Belo Horizonte: Editora Dialética, 2020.

SILVEIRA, Raquel Dias da; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. **Estudos dirigidos de gestão pública na América Latina**. Belo Horizonte: Fórum, 2011.

SOUSA, Fábio. **Quem deve decidir?** Confiança na aptidão decisória como critério de definição dos limites do controle judicial das decisões administrativas. Curitiba: Alteridade Editora, 2018.

SOUZA, Adrienne Mônica Oliveira. **Auditoria em programas governamentais: a experiência do Tribunal de Contas do Estado da Bahia**. Rio de Janeiro: Renovar, 2007.

SOUZA, Alexandre Araujo de. **O Ministério Público como instituição de garantia: as funções essenciais do Parquet nas modernas democracias**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2020.

SOUZA, Celina. **Coordenação de políticas públicas**. Brasília: ENAP, 2018.
Disponível em:
https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/3329/1/Livro_Coordena%C3%A7%C3%A3o%20de%20pol%C3%ADticas%20p%C3%ABlicas.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

SOUZA, Matheus Silveira de. **Direito, políticas públicas e educação profissional**. Belo Horizonte: Fórum, 2023.

SOUZA, Rodrigo Santos de. **Controle judicial de políticas públicas: a judicialização da política**. São Paulo: Editora Dialética, 2022.

STRANO, Rafael Folador. **Política criminal e política pública**. São Paulo: Tirant Lo Blanch, 2023.

TATE, Neal; VALLINDER, Torbjörn **The global expansion of judicial power**. New York: Oxford University Press, 2002.

TAYLOR, Matthew M. **Judging Policy: courts and policy reform in democratic Brazil.** Stanford: Stanford University Press, 2008.

TOLEDO, Carlos José Teixeira de. **Políticas públicas e valorização do professor da educação básica.** Belo Horizonte: Fórum, 2023.

TORO, Estefani Rondon; LANA, Bruno; GONZÁLEZ, Macarena; ALATORRE, José Eduardo; YUNIS ALCÁNTARA, Natalia; CASAS VAREZ, Marina; REYES PONTET, Mauro; GUIMARÃES RENNÓ, Julia; HERRERA JIMÉNEZ, Juan. **Herramientas para acelerar la implementación de los planes de acción climática en América Latina y el Caribe.** Santiago: CEPAL, 2021. Disponível em: https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/47732/3/S2100778_es.pdf. Acesso em: 30 nov. 2023.

TORRES, Ricardo Lobo. **O orçamento na Constituição.** Rio de Janeiro: Renovar, 1995.

TSEBELIS, George. **Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009.

UNGER, Roberto Mangabeira. **O movimento de estudos críticos do direito: outro tempo, tarefa maior.** Tradução de Lucas Fucci Amato. Belo Horizonte (MG): Letramento: Casa do Direito, 2017.

VALLE, Vanice Regina Lírio do (org.). **Ativismo jurisdicional e o Supremo Tribunal Federal.** Curitiba: Juruá, 2009.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Direito fundamental à boa administração e governança.** Belo Horizonte: Fórum, 2011.

VALLE, Vanice Regina Lírio do (coord.). **Audiências públicas e ativismo: diálogo social no STF.** Belo Horizonte: Fórum, 2012.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. **Políticas públicas, direitos fundamentais e controle judicial.** 2 ed. ver. ampl. e atual. Belo Horizonte: Fórum, 2016.

VENTURINI, Otávio. **Teoria do Direito Administrativo Global e Standards: desafios à estabilidade do direito.** São Paulo: Almedina, 2020.

VIEHWEG, Theodor. **Tópica e Jurisprudência.** Brasília: Ministério da Justiça/Ed. UnB, 1979.

VIANNA, Luiz Werneck. *et al.* **A judicialização da política e das relações sociais no Brasil.** Rio de Janeiro: Revan, 1999.

VICTOR, Rodrigo Albuquerque de. **A judicialização de políticas públicas para a educação infantil:** características, limites e ferramentas para um controle judicial legítimo. São Paulo: Saraiva, 2011.

WEIBLE, Chistopher M.; SABBATIER, Paul A. **Theories of the policy process.** Boulder: WestView Press, 1999.

WERNER, Cláudia Maria Lima; OLIVEIRA, Floriano José Godinho; RIBEIRO, Patrícia T. **Políticas públicas:** interações e urbanidades. Rio de Janeiro, Brasil: Letra Capital, 2013.

WU, XUN *et al.* **Guia de políticas públicas:** gerenciando processos. Tradução de Ricardo Avelar de Souza. Brasília: Enap, 2014. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/2555>. Acesso em: 28 nov. 2023.

XIMENES, Daniel de Aquino. **Implementação de políticas públicas:** questões sistêmicas, federativas e intersetoriais. Brasília, Brasil: ENAP, 2018. Disponível em: <https://repositorio.enap.gov.br/handle/1/3364>. Acesso em: 30 nov. 2023.

XIMENES, Julia Maurmann. **Direito e políticas públicas.** Brasília: Enap, 2021. Disponível em: https://repositorio.enap.gov.br/bitstream/1/6337/1/Direito_e_pol%C3%ADticas_publicas_final.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

ZANETI, José Carlos Trinca. **A concretização constitucional, o ativismo judicial e a tutela coletiva.** São Paulo: Editora Dialética, 2022.

Parte 4 – Ensaaios

ABRUCIO, Fernando Luiz; VIEGAS, Rafael Rodrigues; RODRIGUES, Rayane Vieira. A agenda esquecida do federalismo brasileiro: assimetria, heterogeneidade e diversidade dos Ministérios Públicos. **SciELO Preprints**, 2021. Disponível em: <https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/2669>. Acesso em: 4 out. 2023.

BUCCI, Maria Paula Dallari. Quadro de referência de uma política pública. Primeiras linhas para uma abordagem jurídico-institucional. **Direito do Estado**, 2016. Disponível em: <http://direitodoestado.com.br/colunistas/maria-paula-dallari-bucci/quadro-de-referencia-de-uma-politica-publica-primeiras-linhas-de-uma-visao-juridico-institucional>. Acesso em: 27 nov. 2023.

COSTA, Gustavo Vidigal; CLARK, Giovani. **O desplanejamento estatal: o exemplo da copa do mundo de 2014 no Brasil [2012?]**. Disponível em <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=d1c38a09acc34845> . Acesso em: 8 ago. 2013.

FARRANHA, Ana Claudia. Transporte e Políticas Sociais: novas e velhas questões na agenda das políticas públicas. **Publica direito**, [2013?]. Disponível em: <http://publicadireito.com.br/artigos/?cod=o6dea2c13dd7f20a>. Acesso em: 29 nov. 2023.

HOWLETT, Michael; RAMESH, M.; CAPANO, Giliberto. **The Micro-Dimensions of Policy Design: A Key Challenge for Real-World Policy Practice**, 2023. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=4410177>. Acesso em: 29 nov. 2023.

MANSO, Bruno Paes. **A mão invisível do mercado do crime**. *Jornal da USP*, 2023. Disponível em: <https://jornal.usp.br/articulistas/bruno-paes-manso/a-mao-invisivel-do-mercado-do-crime/>. Acesso em: 28 nove. 2023.

MOTTA, Fabrício. Inquietações sobre ensino jurídico e políticas públicas. **Consultor Jurídico**, 02 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-fev-2/interesse-publico-inquietacoes-ensino-juridico-politicas-publicas/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOTTA, Fabrício. Decisão coordenada: a boa novidade. **Consultor Jurídico**, 21 de outubro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-out-21/interesse-publico-decisao-coordenada-bo-a-novidade/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOTTA, Fabrício. Qual será o futuro do controle externo da administração pública. **Consultor Jurídico**, 04 de junho de 2020. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2020-jun-4/interesse-publico-qual-futuro-controle-administracao-publica/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOTTA, Fabrício. Inquietações sobre ensino jurídico e políticas públicas. **Consultor Jurídico**, São Paulo, 02 de fevereiro de 2023. Disponível em <https://www.conjur.com.br/2023-fev-02/interesse-publico-inquietacoes-ensino-juridico-politicas-publicas>. Acesso em: 13 jul. 2021.

MOTTA, Fabrício; BONIFÁCIO. Políticas públicas: o 'jabuti do bem'. **Consultor Jurídico**, 01 de abril de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-abr-1/interesse-publico-politicas-publicas-jabuti-bem/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOTTA, Fabrício; GOTTI, Alessandra. Articulação: instrumento do Direito e das políticas públicas. **Consultor Jurídico**, 11 de fevereiro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-fev-11/interesse-publico-articulacao-instrumento-direito-politicas-publicas/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

MOTTA, Fabrício; TOZETTO, Nathália Suzana Costa Silva. A relevância do planejamento das políticas públicas. **Consultor Jurídico**, 23 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-nov-23/a-relevancia-do-planejamento-das-politicas-publicas/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

PINTO, Élica Graziane. Judicializar o orçamento aprimorará as políticas públicas. **Consultor Jurídico**, 20 de janeiro de 2014. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2014-jan-20/elida-grazianejudicializar-orcamento-aprimorara-politicas-publicas/>. Acesso em: 14 jan. 2021.

SABEL, Charles F.; SIMON, William H. Minimalism and experimentalism in the administrative state. **SSRN Electronic Journal**, 2010. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=1600898. Acesso em: 01 dez. 2023.

SILVA, Tatiana Dias; CALMON, Paulo Du Pin; SILVA, Suylan de Almeida Midlej e. **Políticas públicas de igualdade racial: trajetórias e mudança institucional no governo federal de 2000 a 2014.** Texto para Discussão n. 2662. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2021. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/10649/1/td_2662.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

THELEN, K. Historical institutionalism in comparative politics. **Annual Review of Political Science**, v. 2, 1999. Disponível em: <https://www.annualreviews.org/doi/pdf/10.1146/annurev.polisci.2.1.369>. Acesso em: 28 nov. 2023.

TRUBEK, David M.; COUTINHO, Diogo R.; SCHAPIRO, Mario. Towards a new law and development: new state activism in Brazil and the challenge for legal institutions. **Univ. of Wisconsin Legal studies Research Paper**, n. 1207, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/Delivery.cfm/SSRN_ID2144939_code546503.pdf?abstractid=2144939&mirid=1. Acesso em: 28 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Judicialization of Socio-Economic Rights in Brazil: The Subversion of an Egalitarian Discourse. **SSRN Electronic Journal**, 2012. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2031719. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Reações às “Jornadas de Junho” passa pelo campo jurídico. **Consultor Jurídico**, 07 de julho de 2013. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2013-jul-07/25-anos-constituicao-federal-1988-jornadas-junho/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Judicialization of Socioeconomic Rights in Brazil: Mercantilization of the Fundamental Rights as a Deviance in Rights Protection. **SSRN Electronic Journal**, 2014. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2511648

VALLE, Vanice Regina Lírio do. ADI 5.595 e o real papel do controle de constitucionalidade. **Consultor Jurídico**, 22 de setembro de 2017. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2017-set-22/vanice-valle-real-papel-controle-constitucionalidade/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Deferência judicial, escolhas administrativas e a ADI 5.779. **Consultor Jurídico**, 04 de novembro de 2021. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2021-nov-04/interesse-publico-deferencia-judicial-escolhas-administrativas-adi-5779/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Controle de políticas públicas, ou a arte de dançar na corda bamba de sombrinha. **Consultor Jurídico**, 06 de janeiro de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jan-06/interesse-publico-controle-politicas-publicas-ou-dancar-corda-bamba-sombrinha/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Transadministrativismo ou como evitar o *rollerball*: reflexões da guerra na Ucrânia. **Consultor Jurídico**, 24 de março de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mar-24/interesse-publico-transadministrativismo-ou-evitar-rollerball-reflexoes-partir-guerra-ucrania/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Deferência judicial e o STF: a ADI 6148. **Consultor Jurídico**, 12 de maio de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-mai-12/interesse-publico-deferencia-judicial-stf-adi-6148/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Advocacia pública e municípios: o que esperar da Lei n.º 14.341/2022. **Consultor Jurídico**, 03 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jun-03/vanice-valle-advocacia-publica-municipios-lei-14341/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Rol taxativo de cobertura de saúde complementar: um exercício de retórica. **Consultor Jurídico**, 16 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jun-16/interesse-publico-rol-taxativo-saude-suplementar/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. ADI 7184 e a revisão da política de cotas. **Consultor Jurídico**, 23 de junho de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jun-23/interesse-publico-adi-7184-revisao-politica-cotas/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. PPI, abuso do direito de demandar e deferência judicial. **Consultor Jurídico**, 28 de julho de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-jul-28/interesse-publico-ppi-abuso-direito-demandar-deferencia-judicial/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. STF e o acesso à creche: uma volta para chegar ao mesmo lugar. **Consultor Jurídico**, 29 de setembro de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-set-29/interesse-publico-stf-acesso-creche-volta-chegar-mesmo-lugar/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. O mito da reorganização administrativa a cada nova gestão pública. **Consultor Jurídico**, 01 de dezembro de 2022. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2022-dez-01/interesse-publico-mito-reorganizacao-administrativa/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Avaliação de políticas públicas no marco zero de uma nova gestão. **Consultor Jurídico**, 19 de janeiro de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jan-19/interesse-publico-avaliacao-politicas-publicas-marco-zero/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Interdependência entre direito, políticas públicas e ambiente institucional. **Consultor Jurídico**, 16 de fevereiro de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-fev-16/interesse-publico-interdependencia-entre-direito-politicas-publicas-ambiente-institucional/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. O debate sobre poder regulamentar e políticas públicas na ADI 4.727. **Consultor Jurídico**, 23 de março de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-mar-23/interesse-publico-poder-regulamentar-politicas-publicas-adi-4727/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. STF vive o drama da conformação de políticas públicas em saúde. **Consultor Jurídico**, 14 de abril de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-abr-14/interesse-publico-stf-vive-drama-conformacao-politicas-publicas-saude2/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Gestão de riscos, autorregulação e ciclo de aprendizagem. **Consultor Jurídico**, 15 de junho de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jun-15/interesse-publico-gestao-riscos-autorregulacao-ciclo-aprendizagem/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. O STF "lacrou" o controle de políticas públicas ao julgar o Tema 698?. **Consultor Jurídico**, 20 de julho de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-jul-20/interesse-publico-stf-lacrou-controle-politicas-publicas-julgar-tema-698/>. Acesso em: 14 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. População de rua e ADPF 976: STF desenha a solução sem conhecer o problema. **Consultor Jurídico**, 31 de agosto de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-ago-31/interesse-publico-populacao-rua-adpf-976-stf-desenha-solucao-conhecer-problema2/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do. Orçamento como causa de desorganização de políticas públicas. **Consultor Jurídico**, 30 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2023-nov-30/orcamento-como-causa-de-desorganizacao-de-politicas-publicas/>. Acesso em: 30 nov. 2023.

VALLE, Vanice Regina Lírio do; MOTTA, Fabrício. Mutabilidade: desafio para o controle de políticas públicas. **JOTA Info**, São Paulo, 03 de maio de 2021. Disponível em <https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/mutabilidade-desafio-para-o-controle-de-politicas-publicas-03052021>. Acesso em: 13 jul. 2021.

Parte 5 – Trabalhos acadêmicos

ALMEIDA, Frederico Normanha Ribeiro de. **A nobreza togada: as elites jurídicas e política da justiça no Brasil**, 2010. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em:

<https://doi.org/10.11606/T.8.2010.tde-08102010-143600>. Acesso em: 4 nov. 2023.

CARVALHO, Vinícius Marques de. **Defesa da concorrência: da crítica aos fundamentos teóricos à implementação como política pública no Brasil**. Tese (Livre docência). Faculdade de Direito da USP, 2022.

COSTA, Gustavo Vidigal. **Planejamento estatal diretivo e a aplicação do direito planejador sancionador** / Gustavo Vidigal Costa. Belo Horizonte, 2022. 234 f. Orientador: Giovani Clark Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Direito

DINIZ, Raimundo Nonato Pereira. **A ineficiência da execução fiscal no estado de Goiás como situação-problema na abordagem direito e políticas públicas**. 2020. Dissertação (Mestrado em Direito e Políticas Públicas) – Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2020. Disponível em:

<https://repositorio.bc.ufg.br/tede/bitstreams/436ecbce-b1d0-4211-9208-a75111ac7d6f/download>. Acesso em: 27 nov. 2023.

FARRANHA, Ana Claudia. **Olhares sobre a pobreza: entre o global e o local – a experiência de microcrédito no município de Vitória/ES**. 2005. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2005. Disponível em:

<https://repositorio.unicamp.br/Busca/Download?codigoArquivo=497571>. Acesso em: 29 nov. 2023.

GAMBA, Giovanna Maísa. **A institucionalidade jurídica das redes: o caso da ENCCLA – Estratégia Nacional de Combate à Corrupção e à Lavagem de Dinheiro**. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em:

<https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-30012023-200905/fr.php>. Acesso em: 27 nov. 2023.

ÖKTEM, Kerem Gabriel. **Pathways to universal social security in lower income countries**: explaining the emergence of welfare states in the developing world. Tese (Doutorado). İhsan Doğramaci Bilkent University, Ankara, 2016.

Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/5506788/mod_resource/content/1/kerem%20gabriel%20oktem%20welfare%20state%20in%20developing%20countries.pdf. Acesso em: 27 nov. 2023.

PAULA, Felipe de. **Avaliação legislativa no Brasil**: limites e possibilidades. 2016. Tese (Doutorado) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2016. Disponível em: https://sinapse.gife.org.br/dlm_file/avaliacao-legislativa-no-brasil-limites-e-possibilidades/. Acesso em: 27 nov. 2023.

SALES, Gabriela Azevedo Campos. **A institucionalização dos sistemas de políticas públicas no Brasil: uma comparação entre saúde, assistência social e educação**. Tese (Doutorado). Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2022. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-20012023-181300/publico/2947132DIC.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2023.

SENNE, Andressa de. **Políticas sociais no Brasil**: uma reflexão preliminar. 2017. 17 f. Trabalho de Conclusão de Curso – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufsm.br/handle/1/2634>. Acesso em: 30 nov. 2023.

TONELLI, Maria Luiza Quaresma. **A judicialização da política e a soberania popular**. Dissertação de Mestrado. Departamento de Filosofia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-15012014-102753/publico/2013_MariaLuizaQuaresmaTonelli_VCorr.pdf. Acesso em: 18 ago. 2023.

VALENTE, Patrícia Rodrigues Pessoa. **Avaliação de impacto regulatório**: uma ferramenta à disposição do Estado. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010. Disponível em: https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-26032012-092844/publico/PatriciaPessoaValente_versao_completa.pdf. Acesso em: 28 nov. 2023.

VASCONCELOS, Natália Pires de. **Judiciário e Orçamento Público**: considerações sobre o impacto orçamentário de decisões judiciais, 2015.

Dissertação de Mestrado, São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/2/2134/tde-03082016-144546/pt-br.php> . Acesso em: 26 jul. 2023.

VASCONCELOS, Natália Pires de. **Mandado de Segurança ou Ministério da Saúde?** Gestores, procuradores e respostas institucionais à judicialização, 2018. Tese de Doutorado. São Paulo: Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo. Disponível em: 10.11606/T.2.2018.tde-30102020-141923 . Acesso em: 26 jul. 2023.

Parte 6 – Anais de eventos acadêmicos

GUIMARÃES, José Ribeiro Soares; JANNUZZI, Paulo de Martino. Indicadores sintéticos no processo de formulação e avaliação de políticas públicas: limites e legitimidades. *In: Encontro Nacional de Estudos Populacionais, 2004.*

Caxambu, MG, Brasil. Anais. Disponível em:

https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/318422/mod_resource/content/1/Indicadores.pdf. Acesso em: 01 dez. 2023.

SAMPAIO, Marianna; VIEGAS, Rafael Rodrigues. Ministério Público: de fiscal a elaborador de políticas públicas. *In: 43º Encontro Anual da Associação*

Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais, 2019, Caxambu

(MG). Disponível em: <https://anpocs.com/index.php/encontros/papers/43-encontro-anual-da-anpocs/st-11/st10-8/11680-ministerio-publico-de-fiscal-a-elaborador-de-politicas-publicas/file>. Acesso em: 18 set. 2022.

VOSE, Clement E. Litigation as a form of pressure group activity. **Annals of the American Academy of Political and Social Science**, v. 319, p. 20-31, 1958.

